



Estratégia
CONCURSOS

Retrospectiva - Novembro 2018

Atualidades p/ PM-BA (Soldado) Com videoaulas - 2019

Equipe Leandro Signori, Leandro Signori



Professor Leandro Signori



leandrosignoriatualidades



Leandro Signori



profleandrosignori

Atualidades – Retrospectiva Novembro 2018
Prof. Leandro Signori



ATUALIDADES RETROSPECTIVA

Novembro 2018

Prof. Leandro Signori.



FATOS INTERNACIONAIS

Atualidades – Retrospectiva Novembro 2018
Prof. Leandro Signori



EUA, Canadá e México assinam renovação de acordo comercial durante o G20



Atualidades - Retrospectiva Novembro 2018
Prof. Leandro Signori



O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, anunciou nesta sexta-feira (30), durante o encontro das 20 maiores economias do mundo, a **cúpula do G20**, a oficialização da renovação do acordo comercial entre os EUA, México e Canadá, que substitui o Tratado de Livre Comércio da América do Norte (Nafta), e agora passa a se chamar Acordo Estados Unidos-México-Canadá (USMCA, na sigla em inglês), ou T-MEC, em espanhol.

O acordo resgata uma zona de livre comércio entre três países de US\$ 1,2 trilhão que estava prestes para entrar em colapso após quase 25 anos. O acordo ainda precisa passar pela aprovação dos Congressos dos três países para entrar em vigor. Na região vivem quase 500 milhões de pessoas.

Durante o anúncio, participaram também o primeiro-ministro canadense, Justin Trudeau, e o presidente do México, Enrique Peña Nieto.

A nova versão do Nafta, em vigor desde 1994 entre Estados Unidos, Canadá e México, começou a ser renegociada em 2017 por exigência do presidente americano, Donald Trump, que considerava o acordo um "desastre" para seu país.

Os países concordaram em princípio estabelecer regras para o comércio mútuo depois de um ano e meio de negociações intensas concluídas com um **acordo fechado apenas uma hora antes do prazo final de 30 de setembro**.

Para Trump, o acordo é "revolucionário" e garantirá um "futuro de prosperidade e inovação" para as três nações. "Este é um modelo de acordo que muda o cenário comercial para sempre", disse Trump durante o anúncio do acordo comercial em Buenos Aires. Ele postou o vídeo do anúncio do acordo em seu perfil do Twitter.

Atualidades - Retrospectiva Novembro 2018
Prof. Leandro Signori





Em outro post, ele comemorou a assinatura do acordo: "um dos mais importantes e maiores acordos comerciais nos EUA e na história mundial. Os Estados Unidos, o México e o Canadá trabalharam tão bem juntos na elaboração desse grande documento. O terrível Nafta logo desaparecerá. O USMCA será fantástico para todos".

Peña Nieto disse que o renovado acordo comercial abre "uma nova etapa" no relacionamento com as nações vizinhas e oferece uma base "mais inclusiva, firme e moderna" para o comércio regional.

"Os acordos comerciais não podem permanecer estáticos, eles precisam avançar de acordo com as necessidades da nossa economia", disse Peña Nieto durante a cerimônia de assinatura, em seu último dia no cargo - no sábado assume Andrés Manuel López Obrador.

O representante de Comércio Exterior dos Estados Unidos, Robert Lighthizer, o secretário de Economia do México, Ildefonso Guajardo, e o ministro das Relações Exteriores do Canadá, Chrystia Freeland, assinaram o pacto em Buenos Aires.

De acordo com a agência Reuters, o acordo foi fechado apesar de os últimos detalhes terem provocado atritos comerciais na véspera da assinatura. Os pontos mais delicados do acordo ainda não haviam sido definidos apenas algumas horas antes de as autoridades se sentarem e assinarem o pacto, quando a cúpula do G20 começou em Buenos Aires.

Atualidades - Retrospectiva Novembro 2018
Prof. Leandro Signori



Principais modificações

Setor automotivo: altamente integrado pelo Nafta, os Estados Unidos procuraram desestimular a transferência da produção para locais com mão de obra mais barata. Com o T-MEC, 75% das peças de um carro deverão ser fabricadas em território americano (um aumento em comparação com os 62,5% estipulados no Nafta), e 40-45% do veículo deverá ser fabricado por trabalhadores que ganham pelo menos 16 dólares por hora. O México também concordou em continuar a reconhecer os padrões de segurança automotiva dos EUA, a menos que os reguladores mexicanos concluam que são inferiores aos seus próprios.

Alívio das tarifas sobre veículos: Trump ameaçou invocar razões de segurança nacional para impor tarifas sobre os bilhões de dólares em carros que os Estados Unidos importam anualmente de todo o mundo. Mas o T-MEC exclui o México e o Canadá a um limite de 2,6 milhões de veículos por ano, bem como uma quantidade indeterminada de caminhões leves e dezenas de bilhões de dólares em autopeças. O novo acordo, no entanto, não inclui as tarifas sobre o aço e o alumínio impostas pelos Estados Unidos em todo o mundo no início do ano, e o México e o Canadá desde maio.

Abertura no setor de laticínios: O Canadá, que protege fortemente sua produção de produtos lácteos, concordou em abrir um pouco mais suas barreiras neste setor, algo que Trump considerou decisivo para concluir um acordo. O Canadá também permitirá maiores importações de frango, ovos e peru dos Estados Unidos.

Solução de polêmicas: Os Estados Unidos procuravam eliminar as disposições para que os conflitos fossem resolvidos por arbitragem internacional, mas aceitaram a permanência no T-MEC do sistema de solução de controvérsias contido no Nafta, como o Canadá queria. No entanto, o novo acordo faz algumas mudanças nos poderes mais controversos da "solução de disputas entre investidores e Estados", que, segundo os críticos, permitiram a invalidação de leis locais e decisões judiciais por meio de arbitragem irresponsável.

Atualidades - Retrospectiva Novembro 2018
Prof. Leandro Signori





Propriedade intelectual: O novo acordo moderniza e aumenta a proteção quanto a propriedade intelectual, oferecendo forte proteção aos inovadores farmacêuticos e agrícolas. Além disso, exige tratamento igual dos direitos autorais para escritores, compositores e outros.

Comércio eletrônico: Modernizar o comércio eletrônico, que era incipiente quando o Nafta entrou em vigor, foi um ponto importante das negociações. O T-MEC proíbe os direitos aduaneiros para produtos distribuídos digitalmente, como software e jogos, livros eletrônicos, música e filmes.

Pactos com a China: Há uma disposição oculta no T-MEC que parece destinada a impedir que Ottawa ou Cidade do México busquem um acordo comercial melhor com Pequim. Se um signatário tentar entrar em um acordo de livre-comércio com um país sem economia de mercado (lê-se China), as outras partes podem cancelar o acordo trilateral e substituí-lo por um bilateral. Os laços dos Estados Unidos com a China atravessam tempos tumultuados, e Washington aplicou tarifas sobre as importações daquele país por mais de US\$ 250 bilhões.

16 anos de vigência: O pacto comercial tem uma vigência de 16 anos, mas será revisto a cada seis. Se as partes decidirem renová-lo, será vigente por outros 16 anos. Mas se houver um problema, as partes vão ter outros dez anos para negociar e resolver suas diferenças antes que o tratado expire.

Direitos trabalhistas: O novo acordo inclui proteções trabalhistas que, segundo os Estados Unidos, são as mais fortes negociadas até agora. "O México está comprometido com ações legislativas específicas para garantir o reconhecimento efetivo do direito à negociação coletiva", disse o escritório do Representante de Comércio dos Estados Unidos (USTR). Direitos trabalhistas internacionalmente reconhecidos também são contemplados, como a proibição das importações de bens produzidos pelo trabalho forçado e a proteção dos trabalhadores migrantes.

Atualidades - Retrospectiva Novembro 2018
Prof. Leandro Signori



Objetivo de Trump

O principal objetivo de Trump ao retrabalhar o Nafta era reduzir os déficits comerciais dos EUA, meta que ele também busca com a China, impondo centenas de bilhões de dólares em tarifas sobre produtos importados do gigante asiático.

Embora o novo acordo evite tarifas, ele dificultará que montadoras globais construam carros a preço reduzido no México e tem o objetivo de criar mais empregos nos Estados Unidos, afirma a agência Reuters.

O novo acordo foi visto como uma grande vitória de Trump, que obrigou o Canadá e o México a aceitarem um comércio mais restritivo com seu principal parceiro de exportação.

Atualidades - Retrospectiva Novembro 2018
Prof. Leandro Signori



Líderes da União Europeia aprovam acordo sobre Brexit em Bruxelas



Atualidades - Retrospectiva Novembro 2018
Prof. Leandro Signori



Líderes da União Europeia decidiram neste domingo (25) aprovar um acordo sobre a saída do Reino Unido do bloco no próximo ano. É uma decisão histórica, que inicia o processo de ratificação da primeira saída de um país do projeto europeu.

O Brexit é tema de uma cúpula em Bruxelas para endossar o acordo de retirada, que fixa os termos para o divórcio da Inglaterra, em março do ano que vem.

O documento de 585 páginas, 185 artigos e três protocolos inclui questões como os direitos dos cidadãos europeus no Reino Unido e vice-versa, a conta de 39 bilhões de libras que Londres deve pagar e a solução para **evitar uma fronteira com vigilância policial na ilha da Irlanda**.

Eles também devem assinar um documento de 26 páginas descrevendo seus objetivos para futuras relações depois da saída da Grã-Bretanha.

"A UE27 respaldou o Acordo de Retirada e a Declaração Política sobre a futura relação entre as partes", tuitou o presidente do Conselho Europeu, Donald Tusk, cerca de meia hora após o início da reunião.

A UE deseja uma relação comercial, política e de segurança "o mais estreita possível" com o Reino Unido após o Brexit, segundo as conclusões da cúpula.

O acordo ainda precisa ser ratificado pelos parlamentos Britânico - **um risco para May** - e o Europeu. Essas análises devem acontecer em dezembro e janeiro, respectivamente.

Atualidades - Retrospectiva Novembro 2018
Prof. Leandro Signori





'Retirada ordenada'

A primeira-ministra britânica, Theresa May, elogiou o acordo como o início de um novo capítulo para a Inglaterra. Já o presidente da Comissão Europeia, Jean-Claude Juncker, disse que a partida do país é uma "tragédia".

Ele afirmou a repórteres, de acordo com a agência Associated Press, que o acordo é "o melhor possível", mas a cúpula "não é um momento de celebração, é um momento triste".

Em uma declaração formal endossando o acordo, o bloco pediu que as instituições da UE "tomem as medidas necessárias para garantir que o acordo entre em vigor em 30 de março de 2019, de modo a prever uma retirada ordenada".

O negociador-chefe da UE, Michel Barnier, disse que, a partir de agora, a Grã-Bretanha e os demais países do bloco devem trabalhar para "uma parceria ambiciosa e sem precedentes". "Agora é a hora de todos assumirem suas responsabilidades", afirmou.

Atualidades - Retrospectiva Novembro 2018
Prof. Leandro Signori



Acordo sobre Gibraltar

O último grande obstáculo para um acordo foi superado neste sábado (24), quando a **Espanha chegou a um acordo sobre o disputado território britânico de Gibraltar**.

O país disputa com os britânicos a soberania sobre Gibraltar, um território no extremo sul espanhol que abriga cerca de 30 mil pessoas e cuja economia é formada principalmente por bancos internacionais, empresas de jogos de azar na internet e turismo. O local está sob domínio da Inglaterra há 300 anos.

A Espanha havia pedido mudanças no tratado de separação para que ficasse claro que qualquer decisão sobre o território fosse tomada em conversas diretas com Madri.

Os países chegaram a um consenso após negociações de última hora, que ameaçavam provocar a suspensão da reunião deste domingo. O documento "estabelece as bases de uma nova forma de abordar a relação com Gibraltar a nível europeu", segundo o primeiro-ministro da Espanha, Pedro Sánchez.

"Uma vez que a retirada do Reino Unido aconteça, a relação de Gibraltar com a União Europeia passará pela Espanha", acrescentou ele.

Após as vitórias na Espanha e em Bruxelas, May deve se dedicar agora à aprovação do documento no Parlamento britânico, onde tanto a oposição quanto os rebeldes de seu próprio Partido Conservador se mostraram hostis ao acordo.

Em uma carta aberta à nação, a primeira-ministra disse que fará campanha de "coração e alma" para conseguir o acordo do Brexit.

Atualidades - Retrospectiva Novembro 2018
Prof. Leandro Signori





Território britânico de Gibraltar

Área é alvo de disputa com a Espanha



Infográfico elaborado em: 23/11/2018

Atualidades - Retrospectiva Novembro 2018
Prof. Leandro Signori

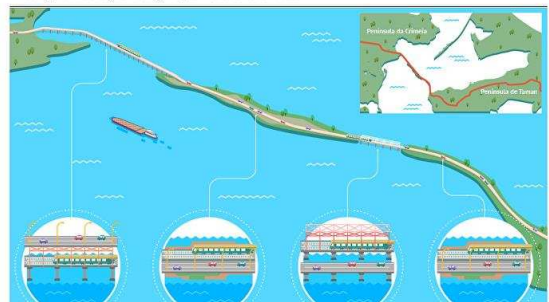


Ucrânia acusa Rússia de abrir fogo e capturar três navios em novo foco de tensão no Mar Negro



Projeto da ponte de Kerch

Arestinga de Tuzla ajudará a ligar a península ao continente



Atualidades - Retrospectiva Novembro 2018
Prof. Leandro Signori





A Ucrânia acusa a Rússia de reter ilegalmente três de seus navios no Mar Negro depois de abrir fogo contra os marinheiros neste domingo. A acusação pode despertar uma nova crise entre os dois países, cujas relações estão estremecidas desde a controversa anexação da Crimeia por Moscou em 2014.

O serviço de segurança da Rússia (FSB) destacou que "usou armas" para "obrigar os navios militares ucranianos a pararem". Em comunicado, os russos confirmaram ter "controlado" três navios. Diante da ofensiva, o presidente ucraniano, Petro Poroshenko, informou que vai propor ao Parlamento que declare a Lei Marcial no país — os legisladores devem votar se aprovam a medida de restringir liberdades civis e conceder poderes especiais a instituições estatais ucranianas.

Agências de notícias russas ressaltaram que o FSB afirmou ter prova indiscutível de que a Ucrânia orquestrou o que o órgão chamou de "provocação". Poroshenko pediu imediatamente uma reunião com os chefes das Forças Armadas e da Segurança do seu país para discutir a situação.

A crise começou quando a Rússia barrou três navios ucranianos de entrarem no Mar de Azov pelo Estreito de Kerch, ao colocar uma embarcação de carga na passagem, que é controlado por Moscou. A ponte separa o território russo da península da Crimeia.

A Rússia confirma que "usou armas" no incidente, diz a agência RIA. A Marinha da Ucrânia informou pelas redes sociais que dois marinheiros ficaram feridos no ataque e na subsequente retenção dos navios. Segundo os ucranianos, os russos atacaram no momento em que os alvos já haviam recuado e voltado para Odessa, o porto do Mar Negro por onde haviam iniciado a jornada.

Atualidades – Retrospectiva Novembro 2018
Prof. Leandro Signori



"Depois de deixar a zona de 12 milhas, o FSB da Federação Russa abriu fogo contra a frota pertencente às Forças Armadas da Ucrânia", afirmou a Marinha.

Com autoridades dos dois países sob acusação de comportamento provocativo e as relações em crise pelo apoio russo à insurgência no leste da Ucrânia, o novo incidente arrisca a escalada do conflito na região.

Mais cedo no domingo, o serviço de guarda da fronteira da Rússia acusou a Ucrânia de não avisar com antecedência sobre a jornada do navio, o que Kiev nega. Os russos alegam que os navios ucranianos têm manobrado de maneira perigosa e ignorado instruções com o objetivo de acirrar a tensão.

Políticos russos criticaram Kiev e argumentaram que o incidente parece uma tentativa calculada do presidente Poroshenko de inflar sua popularidade do país para as eleições do próximo ano.

UE e Otan apelam por distensão

A União Europeia (UE) e a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) apelaram na noite de domingo à distensão no Mar de Azov e pediram à Rússia que "restaure a liberdade de passagem" no Estreito de Kerch.

"Esperamos que a Rússia restaure a liberdade de passagem no estreito de Kerch e apeloamos a todas as partes a atuarem com a máxima moderação para conseguirem uma desescalada imediata da situação", declarou a UE em comunicado.

Na visão da UE, os acontecimentos no Mar Negro mostram aonde pode chegar "o desprezo pelas regras de cooperação internacional". A organização, que não reconhece a anexação da Crimeia pela Rússia, destacou que "a construção da ponte de Kerch foi realizada sem consentimento da Ucrânia e constitui uma nova violação da soberania e da integridade territorial do país".

Uma porta-voz da Otan ressaltou que a Otan também apela por "moderação e desescalada". A organização ressaltou apoiar a soberania, a integridade territorial e os direitos de navegação da Ucrânia em seu território marinho.

"Pedimos à Rússia garantir um acesso sem obstáculos aos portos ucranianos no Mar de Azov, conforme a lei internacional", concluiu a porta-voz.

Atualidades – Retrospectiva Novembro 2018
Prof. Leandro Signori



Ataque rebelde com 'gás tóxico' deixou mais de 100 feridos em Aleppo, diz imprensa estatal síria



Atualidades - Retrospectiva Novembro 2018
Prof. Leandro Signori



■



Mais de 100 casos de pessoas com dificuldades respiratórias foram registrados após um suposto ataque rebelde com "gás tóxico" contra a cidade de Aleppo, na Síria, sob controle do regime, segundo a imprensa estatal do país.

A Frente Nacional de Libertação, o principal grupo rebelde nas províncias de Aleppo e Idlib, negou envolvimento.

Citando "fontes médicas", a agência oficial Sana informou que, durante a noite deste sábado (24), foram registrados 107 casos de asfixia. A ONG Observatório Sírio dos Direitos Humanos (OSDH) citou 94 casos.

Na Rússia, o ministério da Defesa também disse neste domingo (25) que os rebeldes sírios usaram armas químicas com cloro em um ataque em Aleppo.

"De acordo com as informações, confirmadas sobretudo pelos sintomas de envenenamento das vítimas, os projéteis disparados nas áreas residenciais de Aleppo continham cloro", afirmou o porta-voz do ministério da Defesa, Igor Konashenkov.

Na noite deste sábado, um fotógrafo da agência France Presse relatou a chegada ao hospital de dezenas de civis com dificuldades respiratórias, especialmente mulheres e crianças, que foram atendidos com máscaras de oxigênio.

O chefe de polícia de Aleppo, Essam al-Chili, afirmou à agência Sana que "os grupos terroristas atacaram os bairros residenciais com foguetes que continham gases tóxicos, provocando casos de asfixia entre os civis".

"Desmentimos as denúncias falsas do regime sobre um ataque contra Aleppo que teria sido executado pelos revolucionários com a ajuda de projéteis com gás cloro", afirmou em um comunicado o porta-voz da coalizão rebelde Frente Nacional de Libertação, Naji Moustapha.

O OSDH informou que 31 pessoas permanecem internadas, mas seu estado não é crítico.

Atualidades - Retrospectiva Novembro 2018
Prof. Leandro Signori





Bombardeios

Neste domingo, a região de Aleppo foi cenário de bombardeios aéreos contra setores controlados por rebeldes e jihadistas, indicou o OSDH.

Os bombardeios na província de Aleppo - da qual a cidade de Aleppo é capital - foram "provavelmente" executados pela aviação da Rússia, aliada do regime sírio, também de acordo com a ONG.

Estes foram os primeiros bombardeios na região em mais de dois meses. O OSDH não soube informar se os ataques provocaram vítimas.

Desde o fim de 2016, Aleppo, a grande cidade do norte da Síria, está sob controle total do regime do presidente Bashar al-Assad, mas algumas áreas nas proximidades são controladas por grupos rebeldes e jihadistas.

Atualidades - Retrospectiva Novembro 2018
Prof. Leandro Signori



EUA reabrem passagem de fronteira com o México após confronto, mas Trump ameaça fechá-la permanentemente



Atualidades - Retrospectiva Novembro 2018
Prof. Leandro Signori





O governo dos **Estados Unidos** reabriu a passagem de San Ysidro, que liga San Diego, na Califórnia, à cidade mexicana de Tijuana, depois de mantê-la fechada por algumas horas em consequência da tentativa de centenas de migrantes de pular a cerca de proteção no domingo (25).

Na confusão, 42 pessoas foram presas nos EUA. Nesta segunda (26), o governo mexicano ameaçou deportar alguns migrantes e o presidente americano, Donald Trump, afirmou que pode fechar a fronteira permanentemente se for necessário.

A reabertura da fronteira - primeiro para pedestres e, depois, para veículos - aconteceu horas depois ter sido bloqueada após quase 500 migrantes vindos de países da América Central tentarem atravessar em Tijuana a fronteira com os EUA.

Desesperados, os migrantes, que tinham saído de um abrigo onde estão quase 5 mil pessoas, subiram em uma das cercas na fronteira, o que surpreendeu os policiais mexicanos. O grupo de imigrantes desistiu da travessia depois que os **guardas americanos usaram gás lacrimogêneo**.

Rodney Scott, chefe da divisão da patrulha americana no setor de San Diego, disse à CNN nesta segunda que "inúmeras" pessoas conseguiram atravessar a fronteira. Segundo Scott, 42 migrantes que cruzaram a fronteira foram presos e a maioria é de homens.

Ameaça de deportação

O governo mexicano anunciou que vai deportar aqueles que tentaram atravessar a fronteira "violentamente" e "ilegalmente". O comunicado emitido diz ainda que não enviará forças militares à região, apesar do aumento das tensões. Segundo o governo, na fronteira estão 7.417 migrantes que chegaram em caravana.

Nesta segunda, Trump pediu que o México envie os imigrantes para seus países de avião, ônibus, "de qualquer jeito que vocês quiserem". "Fecharemos a fronteira permanentemente, se necessário. Congresso, financie o muro!", declarou no Twitter.

As autoridades de Tijuana anunciaram a detenção de 24 hondurenhos, assim como de 15 mexicanos acusados de tentativa de agressão contra os migrantes.

Atualidades - Retrospectiva Novembro 2018
Prof. Leandro Signori



Caravanas

Nos últimos dias, aumentou a tensão na fronteira entre os dois países. Em caravana, milhares de imigrantes vindos da América Central, como Honduras, Guatemala e El Salvador, tentam chegar aos EUA em uma tentativa de fugir da pobreza e da violência que assolam seus países.

Como resposta, o presidente dos EUA, Donald Trump, suspendeu por 90 dias a entrada de imigrantes pelo México e assinou uma ordem que **impede a concessão de refúgio** para quem entrar ilegalmente no país.

Apenas em setembro, os EUA barraram na fronteira cerca de 16.700 centro-americanos. O número recorde mostra tanto o aumento na chegada de migrantes quanto o endurecimento das medidas para detê-los.

Um trâmite de requerimento de asilo nos EUA pode durar mais de um ano devido à saturação do sistema judiciário americano – em outubro, as prisões atingiram a marca de 44.600 indocumentados, segundo a Deutsche Welle.

A porta-voz do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur) na América Latina, Francesca Fontani, pediu que a análise dos processos seja acelerada. "Também precisa ser elevada a capacidade de resposta na fronteira norte dos Estados Unidos, porque agora, por meios regulares, não é suficiente para servir aqueles que certamente buscarão asilo de maneira regular", disse.

Atualidades - Retrospectiva Novembro 2018
Prof. Leandro Signori



Moradores de Tijuana, no México, protestam contra caravana de migrantes da América Central



Atualidades - Retrospectiva Novembro 2018
Prof. Leandro Signori



Centenas de moradores da Tijuana, no **México**, protestaram neste domingo (18) contra a caravana de migrantes da América Central que tenta chegar aos **Estados Unidos**. Os manifestantes se reuniram em volta de um monumento em uma das regiões mais movimentadas da cidade, que fica na fronteira entre os dois países.

Neste domingo, moradores irritados de Tijuana balançaram bandeiras do México, cantaram o hino nacional mexicano e gritaram "Fora! Fora!" em frente à estatua do líder asteca Cuauhtemoc, a 1,6 quilômetro da fronteira com os Estados Unidos.

Os manifestantes acusam os migrantes de serem "bagunceiros, ingratos e um perigo para Tijuana". Eles também reclamaram de como a caravana forçou caminho pelo México, o que, segundo eles, é uma "invasão". O grupo também mostrou preocupação com o uso do dinheiro de impostos para cuidar da caravana.

Uma mulher identificada apenas como Paloma criticou os migrantes. Ela disse que eles chegaram ao México em busca de benefícios. "Deixe os governos deles tomarem conta deles", disse a repórteres que cobriam o protesto.



Atualidades - Retrospectiva Novembro 2018
Prof. Leandro Signori



Democratas retomam maioria na Câmara dos Estados Unidos



Câmara dos Representantes

Serão eleitos todos os 435 deputados votantes



* Distrito Federal de Washington D.C., comissário residente de Porto Rico e delegados dos territórios de Samoa Americana, Guam, Ilhas Marianas do Norte e Ilhas Virgens Americanas.

Atualidades - Retrospectiva Novembro 2018
Prof. Leandro Signori



Infográfico atualizado em: 07/11/2018



Republicanos, no entanto, seguem no controle do Senado. Eleições de meio mandato eram vistas como referendo sobre o governo Trump, e resultado deve significar maior pressão sobre o presidente. O Congresso dos Estados Unidos ficará dividido após as eleições legislativas de meio mandato (midterms) desta terça-feira (06/11). Após oito anos de domínio republicano, os democratas reconquistaram a maioria na Câmara dos Representantes, enquanto o partido do presidente Donald Trump manteve-se no controle do Senado.

Após uma campanha acirrada, os democratas conseguiram captar a insatisfação de parte dos eleitores com o governo, tirando do partido de Trump a maioria na Câmara. Com 412 dos 435 assentos da Casa definidos, os democratas contam com 219 lugares (26 a mais que na legislatura atual), contra 193 dos republicanos.

Na Câmara, os estados são representados proporcionalmente, de acordo o número de habitantes. Todas as 435 vagas são disputadas a cada dois anos, e o novo mandato dos parlamentares começará em janeiro de 2019.

Já o Senado é composto por 100 parlamentares, sendo dois senadores para cada estado. Com mandatos de seis anos, cerca de um terço do Senado está em jogo a cada dois anos. Com 31 dos 35 assentos disputados nesta terça já definidos, o partido de Trump tem 51, contra 45 dos rivais - atualmente são 51 contra 49.

A votação desta terça era vista como um referendo sobre a gestão na Casa Branca, dois anos após Trump assumir a presidência. O fim da liderança republicana na Câmara significa mais pressão sobre o presidente, que pode agora ter projetos travados pelo restante de seu mandato.

Com os democratas à frente, a Câmara dos Representantes pode fazer com que Trump tenha que recuar em relação a ambições legislativas, como a construção de um muro na fronteira com o México ou a continuidade de suas políticas comerciais linha-dura.

Atualidades - Retrospectiva Novembro 2018
Prof. Leandro Signori





Além de frustrar a agenda legislativa de Trump, o revés dos republicanos na Câmara permitirá que os democratas criem comitês para investigar erros nas condutas pessoal e profissional de Trump e, possivelmente, até processos de impeachment do presidente.

Uma maioria simples na Câmara seria suficiente para um impeachment de Trump caso houvesse evidência de obstrução de Justiça ou de conluio entre sua campanha eleitoral e a Rússia - negado por ambos os lados. Mas para remover o presidente do cargo seria necessária uma maioria de dois terços no Senado.

Após a votação desta terça, a líder do Partido Democrata na Câmara dos Representantes, Nancy Pelosi, comemorou o resultado perante apoiadores em Washington, afirmando que o novo equilíbrio de forças representará um maior controle sobre o governo Trump.

"Graças a vocês, amanhã será um novo dia nos Estados Unidos", disse. "Teremos a responsabilidade de encontrar terreno comum onde pudermos e, onde não pudermos, de nos mantermos firmes."

Apesar da derrota para seu partido na Câmara, Trump escreveu no Twitter: "Sucesso tremendo esta noite."

Na campanha antes das eleições, Trump endureceu sua retórica em questões que têm apelo entre seus apoiadores mais conservadores, lançando alertas sobre uma caravana de migrantes centro-americanos que cruza o México rumo aos EUA, por exemplo.

A maioria dos democratas, por sua vez, evitou fazer duras críticas a Trump e preferiu focar temas de interesse básico da população, como serviços de saúde e aposentadoria.

Atualidades - Retrospectiva Novembro 2018
Prof. Leandro Signori



Nas duas últimas décadas, houve apenas três eleições em que um dos dois partidos conseguiu ampliar sua presença na Câmara dos Representantes em mais de 23 assentos. Os ganhos desta terça-feira foram os maiores desde 2010, quando uma onda conservadora contra o então presidente democrata, Barack Obama, resultou num salto de 63 vagas para os republicanos.

Uma sondagem encomendada pela emissora CNN mostrou que apenas um terço dos eleitores não considerou Trump um fator decisivo para o voto. Mais da metade disse estar descontente com o governo.

Além de renovar o Congresso, eleitores de 36 dos 50 estados americanos foram às urnas para eleger governadores. Com a corrida definida em 33 dos 36 estados, os democratas têm 22 dos governos estaduais, e os republicanos, 25.

A eleição das mulheres

Os ganhos dos democratas foram em grande parte impulsionados pelas mulheres, segundo pesquisa de boca de urna Reuters/Ipsos. Das mulheres entrevistadas, 55% disseram apoiar um democrata para a Câmara neste ano, mais que os 49% registrados em 2014.

As mulheres também marcaram presença na disputa eleitoral, com um número recorde de 237 candidatas para a Câmara dos Representantes, algumas tendo derrotado candidatos do sexo oposto durante as primárias de seus partidos.

Ao menos 99 mulheres foram eleitas para a Câmara, superando o recorde atual de 84. A maioria é democrata, e ao menos 28 foram eleitas para o Congresso pela primeira vez.

"Estou muito honrada de dividir tanto o palco quanto o palco com as muitas mulheres visionárias e ousadas que levantaram suas mãos para concorrer a um cargo público", disse Ayanna Pressley, que se tornou a primeira mulher negra de Massachusetts eleita para o Congresso.

Atualidades - Retrospectiva Novembro 2018
Prof. Leandro Signori





A Câmara ganhará suas duas primeiras congressistas muçulmanas, Ihan Omar (Minnesota) e Rashida Tlaib (Michigan). As democratas Sharice Davids (Kansas) e Debra Haaland (Novo México) também entraram para a história como as primeiras mulheres de origem indígena eleitas para o Congresso.

Alexandria Ocasio-Cortez, democrata de Nova York de 29 anos de idade, tornou-se a mulher mais jovem da história a conquistar um assento no Congresso. Dez meses mais velha que Ocasio-Cortez, Abby Finkenauer, democrata do Iowa, foi a segunda mulher mais jovem eleita.

"Este é realmente o ano das mulheres por toda parte", disse Thomas Perez, presidente do Comitê Nacional Democrata.

"Este não é apenas o ano das mulheres, este é o ano de todas as mulheres", afirmou Cecile Richards, que foi presidente da organização Planned Parenthood por mais de uma década, destacando a diversidade entre as candidatas.

No Senado, as mulheres ocupam hoje 23 assentos e devem ficar com ao menos 22 na próxima legislatura. O estado do Tennessee elegeu sua primeira senadora, Marsha Blackburn.

Elizabeth Warren, senadora democrata pelo estado de Massachusetts - que considera disputar a eleição presidencial em 2020 - afirmou que a chegada de Trump à Casa Branca impulsionou uma nova geração de mulheres na vida pública.

"Mulheres que nunca concorreram a nada se levantaram para colocar seus nomes na disputa", disse. "Elas se recusaram a deixar que alguém lhes calasse ou ficasse em seu caminho, e é assim que uma verdadeira mudança começa."

Na corrida para os governos dos estados, 16 mulheres se candidataram. Na Geórgia, Stacey Abrams disputa o posto de primeira governadora do estado e de primeira governadora negra no país.

Atualidades - Retrospectiva Novembro 2018
Prof. Leandro Signori



França tem segundo dia de protestos contra aumento de imposto nos combustíveis



Atualidades - Retrospectiva Novembro 2018
Prof. Leandro Signori





A mobilização dos "coletes amarelos", franceses que protestam contra o aumento de um imposto ecológico cobrado na venda de combustíveis, foi retomada neste domingo (18) com bloqueios a pedágios e barreiras na Normandia e outras regiões do país. Os números da mobilização no sábado foram revistos pelas autoridades: 288 mil participantes, **um morto**, 409 feridos, 14 em estado grave, e 73 detenções provisórias.

O ministro do Interior, Christophe Castaner, descreveu uma madrugada "agitada" em 87 pontos de protestos no interior do país. Cerca de 3.500 "coletes amarelos" continuaram mobilizados. Apesar das baixas temperaturas, muitos manifestantes dormiram em seus carros em postos de gasolina e estacionamentos. Segundo o ministro, alguns exageraram na bebida alcoólica e se envolveram em brigas e agressões a faca. Vinte e oito policiais e bombeiros também ficaram feridos durante intervenções.

A mobilização popular, organizada pelas redes sociais, é considerada um sucesso, apesar dos inúmeros incidentes. Outras 150 ações foram convocadas para este domingo, segundo Castaner. Os participantes são pais de família, trabalhadores com baixos salários e aposentados com sérias dificuldades para pagar contas, impostos e viver com dignidade.

Atualidades - Retrospectiva Novembro 2018
Prof. Leandro Signori



Popularidade de Macron em queda livre

Os manifestantes não conseguiram bloquear o país, como pretendiam, mas colocam o presidente Emmanuel Macron em situação delicada.

Uma nova pesquisa publicada hoje pelo jornal JDD (Journal du Dimanche) mostra que apenas 25% dos franceses estão satisfeitos com Macron, uma queda de 4 pontos em relação à sondagem anterior. É a pontuação mais baixa desde que o centrista chegou ao Palácio do Eliseu. A pesquisa do instituto Ifop também indica que 62% dos franceses acreditam que "a prioridade deve ser dada ao poder aquisitivo, mesmo que seja para ir menos rapidamente na transição energética" nos próximos anos.

Nem o primeiro-ministro francês, Edouard Philippe, que anunciou na quarta-feira (14) medidas de acompanhamento às famílias impactadas pela alta nos preços dos combustíveis, nem Macron, neste domingo em visita a Berlim, deram declarações sobre as manifestações. O ministro da Transição Ecológica, François de Rugy, disse que o governo continuaria "a trajetória planejada" em termos de tributação ecológica.

Atualidades - Retrospectiva Novembro 2018
Prof. Leandro Signori





Oposição pede recuo do governo

A oposição tira proveito político do desgaste de Macron. "Receio que se o governo não der ouvidos à população, as coisas ficarão piores para ele", alertou Sébastien Chenu, porta-voz do partido de extrema-direita RN, da líder Marine Le Pen. O presidente do partido nacionalista Patriotas, Florian Philippot, chegou a apelar para "a dissolução da Assembleia Nacional".

No outro extremo do espectro político, o Novo Partido Anticapitalista (NPA) defende que movimentos sociais, sindicatos, associações e partidos políticos deem prosseguimento à revolta dos "coletes amarelos".

Da extrema direita à extrema esquerda, alguns eleitos participaram de ações no sábado, mas de maneira discreta, para não serem acusados de tentar recuperar a mobilização popular.

O líder do partido de direita Os Republicanos, Laurent Wauquiez, incitou o presidente a "corrigir seus erros". Já o líder da esquerda radical, Jean-Luc Mélenchon, elogiou "um imenso momento de auto-organização popular". O primeiro secretário do Partido Socialista, Olivier Faure, adverte que sem diálogo, apostando na deterioração do movimento popular, o governo corre o risco de se dar mal.

No campo sindical, o líder da central CFDT, Laurent Berger, aconselhou Macron a "reunir muito rapidamente" sindicatos, empregadores e associações "para construir um pacto social de conversão ecológica".

Mas assessores do presidente sinalizam que Macron pretende tratar a revolta popular da mesma maneira que lidou com os três meses de greve de ferroviários opositores à reforma da companhia SNCF, ou seja, deixando a população expressar sua insatisfação, sem abrir mão das políticas de seu governo.

Atualidades - Retrospectiva Novembro 2018
Prof. Leandro Signori



ONU aprova primeiro pacote de ajuda humanitária à Venezuela



Atualidades - Retrospectiva Novembro 2018
Prof. Leandro Signori





A Organização das Nações Unidas (ONU) liberou nesta segunda-feira (26) um fundo de emergência de US\$ 9,2 milhões – cerca de R\$ 35,5 milhões – para ajuda humanitária à Venezuela, a primeira assistência destinada ao país.

De acordo com a agência Reuters, o valor se destina a programas humanitários para saúde e assistência nutricional, principalmente a mulheres lactantes e crianças venezuelanas.

Até então, o regime de Nicolás Maduro relutava em aceitar ajuda internacional. Segundo a agência, o governo venezuelano culpava as sanções de outros países pelo colapso econômico e político no qual a Venezuela mergulhou nos últimos anos.

Crise humanitária

O número de refugiados e migrantes que deixaram a Venezuela chega a 3 milhões em todo o mundo, informou a ONU no início do mês.

Do total, 2,4 milhões moram na América Latina e no Caribe, segundo o escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) e a Organização Internacional para as Migrações (OIM). A maioria, segundo as fontes, viajaram para a Colômbia e o Peru.

O número de venezuelanos que fugiram desde 2015 é de 2,3 milhões.

A Venezuela atravessa uma crise política e econômica aguda, com a hiperinflação que, segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), alcançará 1.350.000% este ano.

Atualidades – Retrospectiva Novembro 2018
Prof. Leandro Signori



Marinha da Argentina diz que submarino encontrado implodiu



Atualidades – Retrospectiva Novembro 2018
Prof. Leandro Signori





O submarino argentino que desapareceu há um ano com 44 tripulantes foi localizado no fundo do Oceano Atlântico. A Marinha da Argentina afirmou que a embarcação implodiu.

A longa espera terminou com choro e revolta também. Uma mulher não se conformava e perguntava: 'por que os abandonaram?'. Para as famílias dos 44 tripulantes do submarino, a notícia trouxe uma mistura de sentimentos. Alívio, por finalmente saber onde estão os parentes mortos e indignação pela interrupção do resgate, 15 dias depois que o submarino desapareceu.

O anúncio oficial de que o submarino ARA San Juan tinha sido encontrado foi feito numa rede social pela Marinha da Argentina e pelo Ministério da Defesa.

A pressão das famílias levou o governo argentino a contratar uma empresa americana para fazer as buscas. O trabalho começou em setembro. A varredura do fundo do mar foi feita com mini submarinos, equipados com sonar e operados por controle remoto.

Nesta sexta (16), a empresa localizou um objeto de aproximadamente 60 metros de comprimento no Oceano Atlântico, numa área de difícil acesso.

O ARA San Juan está a cerca de 600 quilômetros da cidade de Comodoro Rivadavia, onde foi montado um centro de operações. Ele tinha partido no dia 13 de novembro de Ushuaia para Mar del Plata. E dois dias depois fez a última comunicação. Começou então uma corrida para que o submarino fosse localizado. Uma missão que contou a com a ajuda de embarcações e equipamentos de vários países.

Em coletiva à imprensa, representantes da Marinha disseram que o submarino ficou alojado em uma depressão, a 907 metros de profundidade. Por isso, não foi localizado pelos radares.

Atualidades - Retrospectiva Novembro 2018
Prof. Leandro Signori



Ainda não se sabe se será possível retirar os restos do ARA San Juan como pedem os parentes dos 44 tripulantes. A Marinha diz que primeiro é preciso verificar o estado do casco.

O ministro da Defesa afirmou que o último contato do submarino com a base foi às 8h30 da manhã de 15 de novembro. Nesse mesmo dia, uma organização que controla testes nucleares registrou uma explosão no mesmo local às 10h51 - pouco mais de duas horas depois. O governo confirmou que o submarino implodiu.

A empresa responsável pelas buscas já se preparava para deixar aquela região. Ia interromper os trabalhos e retomá-los só em fevereiro de 2019, foi quando surgiu uma nova pista - uma imagem que chamou a atenção e fez a tripulação do navio insistir em mais buscas naquele local.

O comandante de submarino, Braga Martins, explica que o ARA San Juan pode ter implodido devido a pressão naquela profundidade. "Ele sofre um processo de implosão, mas ele ainda mantém uma parte das suas características estruturais e assim ele ainda se apresenta em uma única parte, em um único pedaço, mas a água com certeza, a essa profundidade entrou no casco resistente".

Para as famílias, o fim do mistério, somente quando o submarino for retirado do oceano. A esposa de um dos tripulantes diz que não quer que o marido dela fique no mar abandonado. Quer ver se ele está lá dentro mesmo e a única maneira de saber a verdade sobre o que aconteceu é tirar o submarino do fundo do mar.

Atualidades - Retrospectiva Novembro 2018
Prof. Leandro Signori



Supremo do México abre caminho para liberar uso recreativo de maconha



Atualidades - Retrospectiva Novembro 2018
Prof. Leandro Signori



A Suprema Corte do México decidiu nesta quarta-feira (31) que qualquer cidadão que solicite uma permissão ao governo federal poderá consumir recreativamente maconha.

A corte considerou inconstitucional a proibição absoluta do consumo recreativo de maconha, o que permitiu criar jurisprudência sobre a questão.

Isto é, a partir dessa decisão todos os juízes devem conceder proteção às pessoas que fizerem a solicitação para utilizar maconha de maneira recreativa. A autorização não permite que a planta seja comercializada.

Por maioria de quatro votos a favor e um contra, a Primeira Sala da Suprema Corte de Justiça da Nação aprovou que o direito fundamental ao livre desenvolvimento da personalidade "permite que os maiores de idade decidam - sem interferência alguma - que tipo de atividades lúdicas desejam realizar e protege todas as ações necessárias para materializar essa escolha".

Também foi esclarecido que "esse direito não é absoluto e que poderia regular-se o consumo de certas substâncias, mas as reações provocadas pela maconha não justificam uma proibição absoluta ao seu consumo".

A Primeira Sala ordenou à Comissão Federal para a Proteção contra Riscos Sanitários (Cofepris) que autorize aos solicitantes dos amparos "consumir pessoalmente maconha, sem que isso lhes permita comercializá-la nem utilizar outros entorpecentes ou psicotrópicos".

Este critério foi sustentado pela **primeira vez no dia 4 de novembro de 2015** por proposta do ministro Zaldívar e foi reiterado posteriormente na resolução de outros amparos.

Por existirem cinco precedentes no mesmo sentido sobre o tema, o critério será obrigatório para todos os tribunais do país.

Atualidades - Retrospectiva Novembro 2018
Prof. Leandro Signori





Canadá

Em outubro, o Canadá se tornou a **primeira grande economia mundial a legalizar a maconha para fins recreativos**.

A aprovação representa um marco histórico, permitindo que os canadenses adultos fumem maconha para fins recreativos após uma proibição de quase um século.

Uma confusão jurídica, porém, tornará difícil que os usuários aproveitem dessa novidade nas maiores cidades do país, como Toronto e Vancouver, que não terão lojas abertas.

Atualidades – Retrospectiva Novembro 2018
Prof. Leandro Signori



Decisão de Macron de devolver obras de arte ao Benin movimenta museus pela Europa



Atualidades – Retrospectiva Novembro 2018
Prof. Leandro Signori





Quando o presidente da França, Emmanuel Macron, recebeu de volta um relatório que havia encomendado sobre a restituição de tesouros africanos, na última sexta-feira, ele logo anunciou que o Museu do Quai Branly, em Paris, devolveria 26 objetos, resultado de pilhagem das forças francesas em 1892, no Benin. Os autores do relatório, o francês Bénédicte Savoy e o senegalês Felwine Sarr, recomendaram que todos os objetos retirados sem consentimento de países africanos sejam devolvidos a seus países de origem, se estes pedirem.

Macron pediu a seus ministros da Cultura e das Relações Exteriores que executassem um projeto estabelecido há um ano: que os tesouros culturais da África Sub-Saariana se tornem acessíveis, através das restituições e também de exposições, intercâmbios e empréstimos. Ele também convocou uma conferência internacional no começo de 2019 para debater essa política.

Na Europa, o anúncio das restituições gerou reações cuidadosas dos diretores de museus, devido ao precedente que abre. Eles logo enfatizaram que Macron estava falando apenas pela França, embora admitissem que suas ações e discurso tenham turbinado as discussões.

A devolução de 26 artefatos para o Benin “não muda a política do Museu Britânico e nem a legislação na Grã-Bretanha”, disse Hartwig Fischer, diretor da instituição londrina, que tem 73 mil objetos da África Sub-Saariana em suas coleções. Fischer disse que o museu está aberto a “todas as formas de cooperação, mas as coleções devem ser preservadas por inteiro”. Ele reconheceu que o anúncio de Macron contribuiria para a “próxima dimensão da cooperação”, na medida em que os países africanos desenvolvam sua infraestrutura cultural e museológica.

Atualidades – Retrospectiva Novembro 2018
Prof. Leandro Signori



Hartmut Dorgerloh, diretor do Fórum Humboldt, de Berlim, museu de arte não ocidental com abertura marcada para 2019, disse que a decisão de Macron tornou a questão da herança africana “mais óbvia, mais visível e também mais urgente”. No futuro, segundo ele, os museus europeus seriam obrigados a devolver artefatos, em alguns casos, enquanto em outros as coleções teriam que ser vistas como “resultado de história europeia ou mundial”.

— Vamos voltar no tempo até quando, até o Império Romano? — perguntou ele. — Porque muitos dos artefatos foram roubados pelos romanos na Grécia ou no Egito.

Os objetos que Macron está devolvendo ao Benin são as joias da coleção do Museu do Quai Branly. Obtidos quando as forças colonizadoras francesas saquearam a capital do Reino de Daomé, são tesouros que o rei deixou para trás na fuga: estátuas, tronos e até as portas esculpidas de seu palácio.

Embora o relatório de Davoy e Sarr não aconselhe empréstimos a longo prazo, Macron já se disse favorável a “restituições temporárias”. Um exemplo do tipo de cooperação que ele pode estar buscando é o Grupo de Diálogo do Benin, que tem representantes também da Nigéria e dos grandes museus que exibem tesouros do antigo Reino de Benin.

O Príncipe Kum'a Ndumbe III, do povo Duala, da República dos Camarões, que dirige a ONG AfricAvenir International, dedicada à devolução de artefatos do continente, disse que o relatório é “o primeiro passo na direção certa”. Segundo ele, tal compromisso era esperado desde que Camarões e outros países conseguiram sua independência da França, em 1960.

— Não se trata apenas da devolução da arte — disse o príncipe. — Quando alguém rouba a alma de um povo, é muito difícil sobreviver.

Atualidades – Retrospectiva Novembro 2018
Prof. Leandro Signori



Sonda da Nasa pousa em Marte após sete meses de viagem



Primeira imagem enviada pela sonda InSight de Marte — Foto: Nasa/via AP

Atualidades - Retrospectiva Novembro 2018
Prof. Leandro Signori



A sonda Mars InSight, da Nasa, pousou em Marte nesta segunda-feira (26) após sete meses de viagem. A sonda é a primeira capaz de captar terremotos e estudar o funcionamento interno do planeta. Esta é a oitava vez que a Nasa consegue fazer um pouso em Marte.

Minutos após o pouso, a sonda conseguiu enviar uma imagem do local em que mostra o horizonte e algumas manchas de poeira na lente.

A nave espacial não tripulada foi lançada há quase sete meses e percorreu 482 milhões de km. Parte de sua missão é informar dos esforços para enviar algum dia exploradores humanos ao planeta vermelho — algo que a Nasa espera concretizar na década de 2030.

A InSight não tem capacidade de detectar vida no planeta — isso será deixado para os futuros robôs. A missão da agência em 2020, por exemplo, irá coletar rochas que possam conter evidências da vida antiga.

Este pouso em Marte é o primeiro desde 1976, quando o explorador Curiosity da Nasa pousou na superfície e analisou as rochas em busca de sinais de vida que possa ter habitado o planeta vizinho da Terra, agora gélido e seco.

A InSight, de 993 milhões de dólares, sobreviveu à difícil entrada na atmosfera do planeta vermelho, viajando a uma velocidade de 19.800 km/h e reduzindo rapidamente a velocidade a apenas 8 km/h.

"Nós estudamos Marte da órbita e da superfície desde 1965 — aprendendo sobre o tempo, atmosfera, geologia e química de superfície", afirmou Lori Glaze, diretora em exercício da divisão de ciência planetária da direção de missões científicas da Nasa.

"Agora iremos finalmente explorar dentro de Marte e aprofundar nosso entendimento do nosso vizinho terrestre, enquanto a Nasa se prepara para enviar exploradores humanos mais fundo dentro do sistema solar".

Atualidades - Retrospectiva Novembro 2018
Prof. Leandro Signori



Bernardo Bertolucci, cineasta italiano, morre aos 77 anos



Atualidades - Retrospectiva Novembro 2018
Prof. Leandro Signori



O cineasta italiano **Bernardo Bertolucci**, diretor de filmes como o polêmico "Último tango em Paris" (1972), o premiado "O último imperador" (1987) e "Os sonhadores" (2003), morreu nesta segunda-feira (26) aos 77 anos.

De acordo com a imprensa italiana, ele estava em casa, em Roma, mas a causa da morte não foi revelada. O jornal "Corriere Della Sera" cita "uma longa doença".

Considerado o último grande mestre do cinema italiano, com filmes de forte teor erótico, político e psicológico, Bertolucci fez ainda obras-primas como "Antes da revolução" (1964), "1900" (1976), "O conformista" (1970).

Com "O último imperador" (1987), levou o Oscar de melhor diretor (é o único italiano a ter levado o prêmio), melhor filme e melhor roteiro. O longa faturou, ao todo, nove estatuetas. Em maio de 2011, ele recebeu uma Palma de Honra, no Festival de Cannes, pelo conjunto de sua obra.

Além de filmes de ficção, Bertolucci dirigiu documentários. Iniciou a carreira artística como poeta e também se destacou como roteirista. Assinou, por exemplo, "Era uma vez no oeste" (1968), de Sergio Leone.

Ele era casado desde 1978 com Clare Peploe.



Atualidades - Retrospectiva Novembro 2018
Prof. Leandro Signori





Polêmica de 'Último tango...'

Nos últimos anos, Bernardo Bertolucci vinha sendo alvo de críticas após ter vindo à tona um vídeo no qual ele admitiu ter filmado uma **cena de sexo não consentida** em "Último tango em Paris".

No vídeo, gravado originalmente em 2013 mas republicado por uma ONG espanhola no final de 2016, Bertolucci conta que a atriz Maria Schneider (1952-2011), na época com 19 anos, não sabia de antemão o que aconteceria numa cena na qual Marlon Brando (1924-2004) usa manteiga como lubrificante.

A sequência é uma das mais famosas e polêmicas da história do cinema e intensificou a censura ao longa ao redor do mundo.

"A sequência da manteiga foi uma ideia que tive com Marlon na manhã anterior à filmagem", lembrou o diretor. "Fui horrível com Maria, porque não lhe disse o que iria acontecer". De acordo com ele, a intenção era fazer Schneider reagir "como uma menina, não como um atriz".

No vídeo, Bertolucci conta ainda que não voltou a ver a atriz depois das gravações do filme, porque "ela o odiava". Na época, o diretor afirmou sentir-se culpado pelo episódio, mas não arrependido. "Para fazer filmes e obter algo, às vezes precisamos ser completamente frios."

Em uma entrevista de 2007 ao tabloide britânico "Daily Mail", Schneider afirmou que se sentiu humilhada e "um pouco estuprada" durante as filmagens. A atriz contou que a cena não estava no roteiro original e que foi informada sobre o conteúdo pouco antes da filmagem, mas disse que não houve sexo real.

"Marlon me disse: 'Maria, não se preocupe, é só um filme'. Mas, durante a cena, mesmo que o que Marlon estava fazendo não fosse real, eu estava chorando lágrimas de verdade", disse.

"Eu estava com tanta raiva. Eu deveria ter ligado para o meu agente ou ter pedido que meu advogado fosse ao set porque você não pode forçar alguém a fazer algo que não está no roteiro, mas na época eu não sabia disso."

"Último tango em Paris" teve duas indicações ao Oscar: melhor diretor e melhor ator (para Brando).

Atualidades - Retrospectiva Novembro 2018
Prof. Leandro Signori



Poeta

Bernardo Bertolucci nasceu em 16 março de 1941, em Parma. Seu pai, Attilio, era professor de história da arte, poeta, escritor e crítico de cinema.

Influenciado por Attilio, Bernardo começou a carreira artística também como poeta (chegou a ganhar prêmios literários). cursou Literatura Moderna na Universidade de Roma, mas depois optou por se dedicar ao cinema.

Inicialmente, trabalhou como assistente de direção em "Accatone – Desajuste social" (1961), do cineasta e escritor Pier Paolo Pasolini (1922-1975), amigo de Attilio.

Foi também por influência de Pasolini que Bertolucci dirigiu seu primeiro longa, "A morte" (1962). Com 21 anos, fez uma estreia com críticas negativas. O segundo filme, porém, "Antes da revolução" (1964), teve recepção mais favorável.

Da produção inicial, outros destaques foram "O conformista" (1970), que rendeu indicação ao Oscar de melhor roteiro adaptado, e "A estratégia da aranha" (1970).

Nos anos 1970, além de "O último tango...", dirigiu "1900" (1976), que tem no elenco grandes nomes, como Robert De Niro, Burt Lancaster, Gérard Depardieu e Donald Sutherland.

Ao longo das décadas seguintes, Bertolucci lançou filmes que aumentaram sua popularidade e novamente com elencos estrelados, caso de "O céu que nos protege" (1990), com John Malkovich e Debra Winger, e "O pequeno Buda" (1993), protagonizado por Keanu Reeves. Em "Beleza roubada" (1996), dirigiu Jeremy Irons e a então novata Liv Tyler.

Já neste século, uma de suas obras mais conhecidas é "Os sonhadores" (2003), com Eva Green, Louis Garrel e Michael Pitt vivendo três jovens em Paris durante o maio de 1968.

O último longa de Bernardo Bertolucci é "Eu e você" (2012).

Atualidades - Retrospectiva Novembro 2018
Prof. Leandro Signori



Quase mil pessoas seguem desaparecidas após pior incêndio florestal da Califórnia



Atualidades - Retrospectiva Novembro 2018
Prof. Leandro Signori



Serviços de emergência vasculham os destroços carbonizados do pior incêndio florestal da história do estado norte-americano da Califórnia, buscando sinais das quase mil pessoas que se acredita ainda estarem desaparecidas.

O escritório do xerife do condado de Butte anunciou na noite deste domingo que os restos mortais de 77 pessoas foram recuperados, e que o número de desaparecidos caiu de 1.276 para 993.

Patologistas da Universidade de Nevada de Reno trabalharam durante o final de semana enquanto bombeiros removiam destroços, coletando pedaços de ossos queimados e fotografando tudo que possa ajudar na identificação das vítimas.

O Incêndio Camp irrompeu no norte da Califórnia em 8 de novembro, e na semana passada praticamente arrasou Paradise, cidade montanhosa de quase 27 mil habitantes localizada cerca de 145 quilômetros ao norte da capital Sacramento. Um outro incêndio ativo, mais ao sul do estado, matou outras 3 pessoas. Com isso, no total, o número de vítimas pelos dois incêndios é de 80.

As equipes progrediam no controle das chamas. As autoridades disseram que o Camp Fire consumiu cerca de 60 mil hectares e estava 65% contido na noite de domingo, 5% a mais do que no dia anterior.



Atualidades - Retrospectiva Novembro 2018
Prof. Leandro Signori





Previsão de chuvas

A perspectiva de uma grande tempestade a partir da noite de terça-feira alimenta a esperança de que essa percentagem aumente no decorrer da semana. No entanto, as autoridades disseram que não acreditam conter totalmente o fogo antes de 30 de novembro.

Até 10 centímetros de chuva estão previstos para o norte de San Francisco entre a noite de terça-feira e a sexta-feira, disse Patrick Burke, meteorologista do Centro de Previsões do Serviço Nacional do Clima, em Maryland.

A chuva também tornaria mais difícil para as equipes forenses vasculhar a cinza e a sujeira em busca dos ossos dos mortos. "A chuva perturbará facilmente o solo onde os restos podem ser encontrados", explicou Burke.

A tempestade, que deve provocar ventos moderados de 24 a 32 quilômetros por hora, também pode causar problemas para as pessoas que bateram em retirada, centenas das quais estão abrigadas em barracas e carros.

Não está claro quantas pessoas necessitam de abrigo, mas até 52 mil foram obrigadas a se retirar.

Atualidades - Retrospectiva Novembro 2018
Prof. Leandro Signori



Estratégia
CONCURSOS





FATOS NACIONAIS

Atualidades - Retrospectiva Novembro 2018
Prof. Leandro Signori



Em editorial, China faz alerta a Bolsonaro sobre riscos de agir como Trump



Atualidades - Retrospectiva Novembro 2018
Prof. Leandro Signori





A China fez um alerta ao presidente eleito Jair Bolsonaro sobre os riscos econômicos do Brasil seguir a linha do presidente Donald Trump e romper acordos comerciais com Pequim. Editorial publicado pelo jornal estatal **China Daily** afirma que Bolsonaro foi "menos que amigável" em relação à China durante a campanha e adverte sobre o custo do eleito querer ser um "Trump tropical".

"O custo econômico pode ser duro para a economia brasileira, que acaba de sair de sua pior recessão na história", diz o texto do editorial que trouxe o título: dedicou um editorial a Bolsonaro chamado "Não há razão para que o 'Trump Tropical' revolucione (disrupt) as relações com a China".

O texto lembra ainda que as exportações brasileiras "não ajudaram apenas a alimentar o rápido crescimento da China, mas também apoiaram o forte crescimento do Brasil".

Durante a campanha, Bolsonaro retratou a China, a maior parceira comercial do Brasil, como um "predador que busca dominar setores-chave da economia brasileira", destacou ainda o editorial.

"Portanto, não é uma surpresa que as pessoas se questionem se Bolsonaro irá, como o presidente dos Estados Unidos fez, dar um golpe substancial à relação mutuamente benéfica Brasil-China", acrescentou.

A China é o principal parceiro comercial do Brasil. O comércio bilateral entre os dois países foi de US\$ 75 bilhões no ano passado, de acordo com estatísticas do governo brasileiro. Desde 2003 a China investiu bilhões de dólares nos setores de petróleo, mineração e energia do Brasil, e está disposta a financiar projetos de ferrovias, portos e outras modalidades de infraestrutura para acelerar as remessas de grãos brasileiros. A China continua como o maior comprador de produtos brasileiros. **Em 2017, o país asiático comprou US\$ 50,2 bilhões do Brasil**, seguida pelos Estados Unidos (US\$ 26,9 bilhões), pela Argentina (US\$ 17,6 bilhões) e pelos Países Baixos (US\$ 9,3 bilhões).

Atualidades - Retrospectiva Novembro 2018
Prof. Leandro Signori



Criticas feitas durante a campanha

Mas Bolsonaro, à semelhança do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, tem criticado a China insistentemente em sua campanha, dizendo que os chineses não deveriam ter permissão de possuir terras brasileiras ou controlar indústrias essenciais, destaca a agência Reuters.

"Os chineses não estão comprando no Brasil. Eles estão comprando o Brasil", alertou Bolsonaro diversas vezes.

Bolsonaro também registrou sua oposição à privatização planejada de alguns ativos da estatal Eletrobras devido ao temor de que compradores chineses deem os maiores lances, após diversas aquisições recentes de Pequim nos setores de energia e infraestrutura do Brasil.

Em 2016 a China Three Gorges Corp pagou R\$ 13,8 bilhões pelas usinas hidrelétricas de Jupia e Ilha Solteira. No ano passado, a State Grid Corp da China adquiriu o controle da CPFL Energia e uma subsidiária por mais de R\$ 17 bilhões, enquanto a HNA Airport Holding Group adquiriu uma participação majoritária na concessão do aeroporto do Galeão.

Atualidades - Retrospectiva Novembro 2018
Prof. Leandro Signori

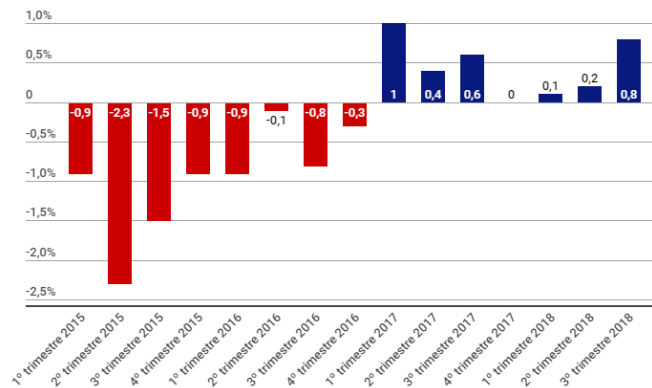


PIB: Economia brasileira cresce 0,8% no 3º trimestre de 2018



O PIB do Brasil, trimestre a trimestre

Variação ante os três meses anteriores



Atualidades - Retrospectiva Novembro 2018
Prof. Leandro Signori



O produto interno bruto (PIB) teve crescimento de 0,8% no terceiro trimestre de 2018 em relação ao três meses anteriores. Os dados foram divulgados pelo IBGE nesta sexta-feira 30. Foi o sétimo resultado positivo após oito quedas consecutivas nesta base de comparação. O número veio exatamente como esperado pelo mercado financeiro. Além disso, a alta é a maior para um trimestre desde o primeiro quarto de 2017.

Esse resultado foi influenciado, principalmente, pelo serviços, que cresceu 0,5%. O setor da indústria teve uma alta de 0,4% no terceiro trimestre. Já a agropecuária teve alta de 0,7%, porém, o segmento tem peso menor na composição das contas nacionais. Os investimentos também influenciaram o desempenho do trimestre, com alta de 6,6%.

A notícia trouxe otimismo aos economistas. "A perspectiva é de uma aceleração no ritmo de crescimento da economia brasileira no último trimestre de 2018", afirma o economista do Santander, Lucas Nóbrega. Segundo ele, essa aceleração será apoiada em 4 pilares: os indicadores antecedentes, como a produção de veículos segundo a Anfavea, que cresceu 18,1% em relação a setembro, mostra que a dinâmica de melhora se mantém em diversos setores da economia; as condições financeiras estão em patamar expansionista com a redução de incertezas com o fim do processo eleitoral; a recuperação da confiança do consumidor e dos empresários; e, por fim, a melhora no mercado de trabalho, apesar de ainda bastante sutil.

Apesar disso, Nóbrega faz uma ressalva. "Esse resultado, claramente, é favoráveis. Porém, vale a pena dar um desconto: o frágil desempenho do PIB no segundo trimestre [alta de 0,2%], explicado pela paralisação no setor de transportes em maio, deixou uma base de comparação muito deprimida para a leitura do trimestre seguinte. Ou seja, devemos apreciar os bons números do PIB entre julho e setembro, mas com certa moderação", diz.

Atualidades - Retrospectiva Novembro 2018
Prof. Leandro Signori





O economista-chefe da corretora Spinelli, André Perfeito, afirma que o resultado veio mais forte do que ele esperava. “Greve dos caminhoneiros pode ter impactado positivamente por ter criado uma base de comparação mais fraca no segundo trimestre. Além disso, a liberação de PIS/Pasep, colocando recursos nas mãos das famílias, permitiu manter a trajetória de alta do consumo deste segmento”, diz o economista.

Em relação ao terceiro trimestre de 2017, o crescimento foi de 1,3% no terceiro trimestre do ano, o sexto resultado positivo consecutivo. Nessa base de comparação, os setores de indústria e serviços cresceram 0,8% e 1,2%, respectivamente, enquanto a agropecuária teve alta de 2,5%.

No acumulado dos últimos quatro trimestres, o PIB soma uma alta de 1,4%. Há pouco mais de uma semana, a equipe econômica revisou a projeção para o crescimento do PIB em 2018, de 1,6 % para 1,4%. No último Boletim Focus, elaborado pelo Banco Central, a projeção de mercado apontava para um crescimento de 1,39% neste ano.

Atualidades – Retrospectiva Novembro 2018
Prof. Leandro Signori



Lava Jato prende o governador Luiz Fernando Pezão



Atualidades – Retrospectiva Novembro 2018
Prof. Leandro Signori





A Polícia Federal prendeu nesta quinta-feira (29) Luiz Fernando Pezão (MDB), governador do Rio de Janeiro. A força-tarefa da Lava Jato deu voz de prisão ao governador por volta das 6h no Palácio Laranjeiras, residência oficial do chefe do estado.

Após prestar depoimento à PF, **o governador ficará preso em uma sala especial** na unidade prisional da Polícia Militar em Niterói, Região Metropolitana do Rio.

Operação Boca de Lobo

Além do governador, outras sete pessoas foram presas. Ao todo, 9 mandados de prisão e 31 de busca e apreensão foram expedidos pela Justiça.

Batizada de Boca de Lobo, a operação é baseada na delação premiada de Carlos Miranda, operador financeiro de Sérgio Cabral. O ex-governador, de quem Pezão foi vice, também está preso.

O comboio da Polícia Federal deixou o palácio com o governador preso às 7h35 e chegou à Superintendência da PF, na Praça Mauá, às 7h52.

De acordo com os agentes, o governador se surpreendeu com a chegada dos agentes da PF e achou que seriam cumpridos apenas mandados de busca e apreensão no local. Segundo o relato, Pezão reagiu bem à voz de prisão e chamou seus advogados imediatamente.

Atualidades - Retrospectiva Novembro 2018
Prof. Leandro Signori



Outros presos e governador em exercício

Além de Pezão, os secretários Iran Peixoto Júnior, de Obras, e Affonso Henriques Monnerat Alves da Cruz, de Governo, e Marcelo Santos Amorim, sobrinho do governador, foram presos nesta manhã.

Na avaliação da força-tarefa da Lava Jato, solto, o governador poderia dificultar ainda mais a recuperação dos valores, além de dissipar o patrimônio adquirido em decorrência da prática criminosa. Segundo o MPF, o esquema de corrupção ainda estava ativo.

Com a prisão de Pezão, assume automaticamente Francisco Dornelles, 83 anos, vice-governador do estado. Em entrevista à Globonews, Dornelles comentou a prisão de Pezão.

"É um violência contra Pezão. Foi uma surpresa. Em primeiro lugar, vamos dar prosseguimento a todas as ações do regime de recuperação fiscal. Já conversei por telefone com o presidente Michel Temer, garantindo isso. Vamos também continuar com os trabalhos de transição. Falei hoje o governador eleito e já dei essa garantia a ele. Vamos procurar ter o melhor relacionamento com os principais poderes. Já conversei também por telefone com o presidente da Alerj, André Ceciliano. Marcamos de conversar pessoalmente agora pela tarde", disse

Atualidades - Retrospectiva Novembro 2018
Prof. Leandro Signori



Bolsonaro diz que Brasil transferirá embaixada de Tel Aviv para Jerusalém



Atualidades - Retrospectiva Novembro 2018
Prof. Leandro Signori



O recém-eleito presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, confirmou ao jornal "Israel Hayom" que transferirá a embaixada de Tel Aviv para Jerusalém. Depois, publicou no Twitter uma mensagem com a mesma informação.

Ele também adotou uma postura dura com a Palestina, dizendo que não a reconhece como um país.

Bolsonaro afirmou que sua ideia de mudar o endereço da embaixada brasileira em Israel- seguindo os passos dos Estados Unidos e da Guatemala - não era só promessa de campanha.

A transferência da embaixada, que demonstra o reconhecimento de Jerusalém como capital de Israel, é uma medida polêmica. Os palestinos reivindicam Jerusalém Oriental como capital de seu futuro Estado. A comunidade internacional não reconhece a reivindicação israelense de Jerusalém como sua capital indivisível.

Embaixada palestina

Questionado pelo periódico israelense se pretende mudar o status da Embaixada da Palestina em Brasília, ele respondeu:

"Quanto à embaixada da Palestina, ela foi construída muito perto do palácio presidencial. Nenhuma embaixada pode estar tão perto do palácio presidencial, então pretendemos mudar. Não há outro caminho, na minha opinião. Fora isso, Palestina primeiro precisa ser um estado para ter o direito de uma embaixada".

Não foi a primeira vez que Bolsonaro adotou um tom duro com os palestinos. Ainda durante a campanha, ele **declarou ao jornal "O Globo"**: "Essa embaixada palestina sairia dali. A Palestina é país? Nada contra o povo palestino. Quando estive em Israel, conversei com muitos palestinos, porque trabalham, ganham quatro vezes mais do lado de cá. Palestina não é um país".

O Brasil reconhece o Estado Palestino como país desde dezembro de 2010, após carta enviada pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva para o presidente da Autoridade Nacional Palestina, Mahmoud Abbas.

A ONU também reconheceu a Palestina como um "Estado observador" após aprovação em Assembleia Geral em 2012, cuja capital seria em Jerusalém Oriental. Os palestinos querem se estabelecer como um Estado soberano que ocupe a Cisjordânia, a Faixa de Gaza e Jerusalém Oriental. Os territórios foram ocupados por Israel após a Guerra dos Seis Dias, em 1967.

Atualidades - Retrospectiva Novembro 2018
Prof. Leandro Signori





Apoio na ONU

No que diz respeito ao apoio de seu futuro governo a Israel em fóruns internacionais como as Nações Unidas, o político brasileiro afirmou que o país "pode contar com o nosso voto na ONU".

"Sei que o voto é muitas vezes simbólico, mas ajuda a definir a postura que um país deseja adotar", afirmou.

Após a recente vitória eleitoral, o premiê israelense, Benjamin Netanyahu, felicitou Bolsonaro por telefone na segunda-feira (29) e o convidou a visitar Israel.

"Acredito que sua eleição levará a uma grande amizade entre os dois povos e ao fortalecimento dos laços entre o Brasil e Israel", disse o premiê israelense a Bolsonaro, segundo a Efe.

Atualidades - Retrospectiva Novembro 2018
Prof. Leandro Signori



Missão brasileira ao Egito é cancelada após declarações de Bolsonaro sobre Israel



Atualidades - Retrospectiva Novembro 2018
Prof. Leandro Signori





A aliança entre Brasil e **Israel** anunciada pelo presidente eleito **Jair Bolsonaro** na semana passada já começa a provocar reações concretas do mundo árabe. O governo do **Egito** cancelou, sem nova data, uma visita oficial que o ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes, faria ao país no período de 8 a 11 deste mês. Pelos menos 20 empresários brasileiros já estão no Egito e precisarão retornar ao Brasil.

A informação oficial repassada pela Chancelaria egípcia é que a viagem precisaria ser adiada por problemas de agenda das autoridades do país. Aloysio teria encontros com o chanceler Sameh Shoukry e com o general Abdel Fattah al-Sisi, que ocupa a Presidência do país desde 2014. O Itamaraty também informou que a viagem foi adiada por razões de agenda. Uma data futura será definida "de comum acordo entre as partes", de acordo com o ministério.

No entanto, nos bastidores, o cancelamento da viagem é visto como uma retaliação à ideia de Bolsonaro de transferir a embaixada brasileira em Israel de Tel Aviv para Jerusalém quando assumir a Presidência. A ONU não reconhece Jerusalém como capital de Israel. O setor oriental (árabe) da cidade, ocupado pelos israelenses na Guerra dos Seis, em 1967, é reivindicado pelos palestinos como capital de um futuro Estado independente.

O 2º Fórum Brasil-Egito de oportunidades de investimento, que aparecia com destaque na página da Câmara de Comércio Brasil-Árabe, também foi cancelado sem nova data.

O Brasil tem um grande superávit comercial com o Egito, com o qual firmou um acordo de livre comércio que entrou em vigor no ano passado. De janeiro a setembro deste ano, o Brasil exportou US\$ 1,453 bilhão ao país árabe, com destaque para carne bovina, milho, açúcar e minérios. No mesmo período, as importações de produtos egípcios somaram US\$ 157 milhões, em sua maioria adubos e fertilizantes.

Desde a ascensão ao poder do general Sisi, em um golpe que derrubou o governo eleito da Irmandade Muçulmana, em 2014, o Egito mantém uma posição moderada em relação ao conflito árabe-israelense, tendo se reaproximado de Israel. O país, por exemplo, contribui para o bloqueio à Faixa de Gaza imposto pelos israelenses, mantendo fechada sua fronteira com o território controlado pelo grupo islâmico Hamas.

Ainda assim, o país mantém a posição histórica de apoio à reivindicação palestina por um Estado independente.

Atualidades - Retrospectiva Novembro 2018
Prof. Leandro Signori



Brasil tem a matriz energética menos poluente do mundo, segundo agência internacional



Atualidades - Retrospectiva Novembro 2018
Prof. Leandro Signori





Em meio a incertezas sobre como o próximo governo pretende agir em relação aos acordos de redução de emissões de gases que provocam o efeito estufa, a **Agência Internacional de Energia (AIE)** afirma que o Brasil é o país que apresenta a matriz energética menos poluente do mundo e com a maior participação de combustíveis renováveis entre os grandes consumidores globais de energia. Segundo o organismo, que é ligado à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o país deverá somar quase 45% de fontes renováveis na matriz energética em 2023, usados, principalmente, nas áreas de transportes e industrial.

O Ministério de Minas e Energia estima que a parcela de energias renováveis dentro de cinco anos será maior, de 48%. Atualmente, o percentual está em 43%, de acordo com o Ministério de Minas e Energia.

- O Brasil é a estrela ascendente no uso sustentável da energia. A enorme parcela de renováveis na matriz energética brasileira é uma fonte de inspiração para muitos países em todo o mundo - disse o diretor-executivo da AIE, Fatih Birol, nesta segunda-feira, durante o lançamento, no Brasil, do Relatório sobre o Mercado de Energias Renováveis da AIE.

Faz pouco mais de um ano que o governo brasileiro decidiu se associar à AIE, junto com outros países que representam 70% do consumo global de energia no mundo. Também entraram recentemente para o organismo China, Índia e Indonésia.

Atualidades - Retrospectiva Novembro 2018
Prof. Leandro Signori



Bioenergia

O relatório traz estimativas para os próximos cinco anos, levando em conta o período de 2018 a 2023. Os ministérios das Relações Exteriores e de Minas e Energia comemoraram o fato de, pela primeira vez, o documento trazer, com ênfase, a expressão "bioenergia moderna", chamada pelo organismo como "um dos principais pontos cegos do debate energético global". Segundo uma fonte do governo brasileiro, foi feito um esforço diplomático para que o tema entrasse no horizonte da AIE, para que o mundo se volte novamente para combustíveis produzidos a partir de biomassa, como o etanol.

- A própria capa do relatório da AIE traz a cana-de-açúcar, o que demonstra a importância que tem sido dada ao tema. A bioenergia está voltando ao mapa global - disse uma fonte.

As perspectivas são promissoras para esse segmento. Os Estados Unidos autorizaram, há pouco tempo, o aumento da mistura de álcool à gasolina de 10% para 15%. A Índia passou a dar maior destaque aos biocombustíveis e, a partir de 2020, a China vai adicionar 10% de etanol à gasolina em todo o país a partir de 2020 - ano considerado "crucial" para a bioenergia pela AIE.

Além disso, o Canadá estuda uma política semelhante ao RenovaBio, do Brasil. Trata-se de um programa que visa a expandir a produção de biocombustíveis, fundamentada na previsibilidade e sustentabilidade ambiental, econômica e social.

Atualidades - Retrospectiva Novembro 2018
Prof. Leandro Signori





De acordo com o estudo, a participação de fontes renováveis na demanda energética global deverá aumentar para 12,4% em 2023, percentual que corresponde a um quinto a mais do que no quinquênio anterior de análise (2012-2017). As energias renováveis vão atender 40% do aumento de consumo projetado para os próximos cinco anos.

Apesar do bom desempenho, o Brasil está atrás da China na expansão de renováveis estimada para os próximos cinco anos. Envolvidos com políticas de descarbonização e redução da poluição do ar, os chineses ultrapassaram a União Europeia (UE) como maiores consumidores de energia renovável do planeta.

De acordo com o relatório, no período de 2018 a 2023, a energia solar fotovoltaica deve se expandir quase 600 Gigawatts, mais do que todas as outras fontes renováveis no setor elétrico combinadas. A China deverá continuar como líder absoluta, gerando quase 40% do total.

Já a energia eólica será responsável por 325 GW no período. Ao mesmo tempo, a hidroeletricidade continuará como principal fonte renovável na geração elétrica em 2023.

Atualidades - Retrospectiva Novembro 2018
Prof. Leandro Signori



Moro aceita convite de Bolsonaro para comandar o Ministério da Justiça



Atualidades - Retrospectiva Novembro 2018
Prof. Leandro Signori





O juiz federal Sérgio Moro aceitou nesta quinta-feira (1º) o convite do presidente eleito Jair Bolsonaro (PSL) para chefiar o Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Os dois estiveram reunidos nesta manhã, no Rio de Janeiro. Moro chegou à casa de Bolsonaro, na Barra da Tijuca, um pouco antes das 9h. Ele veio de Curitiba em voo de carreira e sem segurança.

Após o encontro, Moro divulgou nota dizendo que aceitou "honrado" o convite. Moro disse, ainda, que aceitava o cargo com "certo pesar" pois terá que abandonar a carreira de juiz após 22 anos de magistratura.

"No entanto, a perspectiva de implementar uma forte agenda anticorrupção e antirime organizado, com respeito à Constituição, à lei e aos direitos, levaram-me a tomar esta decisão", escreveu Moro.

Segundo o juiz, a Operação Lava Jato seguirá em Curitiba "com os valorosos juízes locais". Ele disse que desde já vai se afastar de novas audiências. Com a decisão de se afastar do Judiciário, **Moro não vai mais interrogar o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva** – o petista seria ouvido em 14 de novembro.

Atualidades – Retrospectiva Novembro 2018
Prof. Leandro Signori



Moro é o quinto ministro anunciado pelo governo Bolsonaro. Outros quatro já foram anunciados: **Onyx Lorenzoni** (Casa Civil), **Paulo Guedes** (Economia), general **Augusto Heleno** (Defesa) e **Marcos Pontes** (Ciência e Tecnologia).

O presidente Jair Bolsonaro confirmou, por meio do Twitter, que o juiz federal Sérgio Moro aceitou seu convite para o Ministério da Justiça e Segurança Pública.

"Sua agenda anti-corrupção, anti-crime organizado, bem como respeito à Constituição e às leis será o nosso norte!", afirmou Bolsonaro.

Durante voo de Curitiba para o Rio de Janeiro, **Sergio Moro afirmou à reportagem da TV Globo** que não havia nada definido e que aceitar o convite para assumir o ministério dependia de agenda anticorrupção e antirime organizado para o país.

"Se houver a possibilidade de uma implementação dessa agenda, convergência de ideias, como isso ser feito, então há uma possibilidade. Mas como disse, é tudo muito prematuro", afirmou Moro.

Atualidades – Retrospectiva Novembro 2018
Prof. Leandro Signori



Lava Jato no Rio mira dez deputados estaduais em investigação sobre 'mensalinho'



Atualidades - Retrospectiva Novembro 2018
Prof. Leandro Signori



A Polícia Federal cumpriu 22 mandados de prisão em um desdobramento da Operação Lava Jato na manhã desta quinta-feira (8). Sete deputados estaduais do Rio de Janeiro foram presos e outros três que já estavam na cadeia tiveram outros mandados cumpridos – os dez parlamentares presos representam um sétimo das 70 cadeiras da Alerj.

As investigações apontam que os envolvidos recebiam propinas mensais que variavam de R\$ 20 mil a R\$ 100 mil - além de cargos - para votar de acordo com o interesse do governo. **O esquema teria movimentado pelo menos R\$ 54 milhões**, segundo a PF.

O deputado estadual Chiquinho da Mangueira (PSC), presidente da escola de samba, foi preso por volta das 7h25 desta quinta-feira; André Corrêa (DEM), seu colega de Alerj e ex-secretário de Meio Ambiente, às 8h10. Três dos parlamentares foram presos no ano passado: Jorge Picciani, Paulo Melo e Edson Albertassi, todos do MDB.

As prisões desta quinta-feira são temporárias e não afetam o mandato – cinco dos pegos foram reeleitos. A Justiça, no entanto, pode convertê-las para preventivas e afastá-los, o que abriria a vaga para suplentes.

Em um dos endereços, agentes apreenderam joias e dinheiro em espécie, em real, dólar e euros.



Atualidades - Retrospectiva Novembro 2018
Prof. Leandro Signori





22 mandados cumpridos:

PODER EXECUTIVO

Afonso Monnerat, secretário estadual de Governo, preso nesta quinta;

Leonardo Jacob, presidente do Detran, preso nesta quinta;

Vinicius Farah (MDB), ex-presidente do Detran, eleito deputado federal, preso nesta quinta.

PODER LEGISLATIVO

André Corrêa (DEM), deputado estadual reeleito e ex-secretário estadual de Meio Ambiente, preso nesta quinta;

Chiquinho da Mangueira (PSC), deputado estadual reeleito e presidente da escola de samba, preso nesta quinta;

Coronel Jairo (MDB), deputado estadual não reeleito, preso nesta quinta;

Edson Albertassi (MDB), deputado afastado - já preso em Bangu;

Jorge Picciani (MDB), deputado afastado - já em prisão domiciliar;

Luiz Martins (PDT), deputado estadual reeleito, preso nesta quinta;

Marcelo Simão (PP), deputado estadual não reeleito, preso nesta quinta;

Marcos Abrahão (Avante), deputado estadual reeleito, preso nesta quinta;

Marcus Vinicius Neskau (PTB), deputado estadual reeleito, preso nesta quinta;

Paulo Melo (MDB), deputado afastado - já preso em Bangu;

Atualidades - Retrospectiva Novembro 2018
Prof. Leandro Signori



ASSESSORES E AUXILIARES

Alcione Chaffin Andrade Fabri, chefe de gabinete e operadora financeira de Marcos Abrahão - presa nesta quinta;

Daniel Marcos Barbiratto de Almeida, enteado e operador financeiro de Luiz Martins - preso nesta quinta;

Jennifer Souza da Silva, empregada do Grupo Facility/Prol, vinculada a Paulo Melo - preso nesta quinta;

Jorge Luis de Oliveira Fernandes, assessor e operador financeiro de Coronel Jairo - preso nesta quinta;

José Antonio Wermelinger Machado, ex-chefe de gabinete e principal operador financeiro de André Corrêa - preso nesta quinta;

Leonardo Mendonça Andrade, assessor e operador financeiro de Marcos Abrahão - preso nesta quinta;

Magno Cezar Motta, assessor e operador financeiro de Paulo Melo - preso nesta quinta;

Shirlei Aparecida Martins Silva, ex-chefe de gabinete de Edson Albertassi e subsecretária dos Programas Sociais da Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento Social - preso nesta quinta.

Carla Adriana Pereira, assessora de registros do Detran - presa nesta quinta.

Atualidades - Retrospectiva Novembro 2018
Prof. Leandro Signori





A investida, desta vez, mira esquema de compra de apoio político de parlamentares. O alvo é o grupo político da base do MDB do ex-governador Sérgio Cabral, que comanda o estado há mais de 10 anos. O nome da operação é referência a uma sala localizada ao lado do plenário da Alerj onde deputados se reúnem para rápidas discussões antes das votações.

De acordo com as investigações, a organização criminosa, chefiada pelo ex-governador Sérgio Cabral, pagava propina a vários deputados estaduais, a fim de que patrocinassem interesses do grupo criminoso na Alerj.

O “mensalinho” era resultado de sobrepreço de contratos estaduais e federais. De forma ilícita, os parlamentares eram beneficiados ainda com o loteamento de cargos em diversos órgãos públicos do estado, como o Detran, onde poderiam alocar mão de obra comissionada ou terceirizada.

A força-tarefa afirma que o esquema continuou mesmo após as operações do ano passado.

Os investigados devem responder, na medida de suas participações, pelos crimes de organização criminosa, corrupção ativa, passiva e lavagem de dinheiro.

Policiais federais cumprem mandados de busca e apreensão no Palácio Guanabara, sede do Executivo Fluminense, e no anexo da Alerj.

A operação desta quinta-feira é baseada na delação de Carlos Miranda, gerente financeiro do esquema organizado por Sérgio Cabral. Miranda diz que o dinheiro do ex-governador ia para as mãos dos presidentes da Casa, Jorge Picciani ou Paulo Melo. Cabia a eles repartir a propina com outros integrantes do Legislativo.

Segundo Miranda, no entanto, alguns dos parlamentares também recebiam prêmios de Sérgio Cabral para atender os interesses da quadrilha na Assembleia. As verbas vinham de recursos desviados pelo Executivo estadual, inclusive de obras federais como o PAC.

Atualidades – Retrospectiva Novembro 2018
Prof. Leandro Signori



A investigação também descobriu que os deputados recebiam como contrapartida, além da propina, a disponibilização de postos de trabalho em empresas como o Detran, por exemplo. Os parlamentares indicavam pessoas próximas, como parentes, para os cargos que eram “separados” pelo Poder Executivo.

Em outubro, a GloboNews mostrou que, em sua delação, **Carlos Miranda afirmou que Cabral pagava um mensalão** a seis deputados estaduais, de vários partidos, para garantir o apoio deles ao governo.

A operação foi determinada por desembargadores da 1ª Seção Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2) e se debruça também sobre a atual gestão do governo estadual, apesar de não haver citação direta ao governador Luiz Fernando Pezão.

Atualidades – Retrospectiva Novembro 2018
Prof. Leandro Signori





Operação Cadeia Velha

Deflagrada em novembro de 2017, a operação levou para a cadeia os deputados Jorge Picciani, Paulo Mello e Edson Albertassi e investigou esquema de corrupção em que os deputados usavam da sua influência para aprovar projetos na Alerj para favorecer as empresas de ônibus e também as empreiteiras.

Atualmente, Jorge Picciani está em prisão domiciliar por causa de sua saúde e Paulo Mello e Albertassi seguem presos em Bangu.

Esta semana, o RJ2 mostrou trechos de escutas gravadas com autorização da Justiça na época da Cadeia Velha. Os áudios trazem Picciani articulando para sair da prisão, horas antes de se entregar, e o braço direito do então presidente da Alerj negociando recolhimento de propina.

O que dizem os citados

André Corrêa: ao chegar à PF, na Praça Mauá, André Corrêa afirmou que "quem não deve não teme". "Sigo com a minha promessa de tirar o Psol da presidência da Comissão de Direitos Humanos", emendou. Corrêa ainda garantiu que mantém a postulação à presidência da Alerj.

Affonso Monnerat: "O governo do estado desconhece os fatos e não teve acesso aos autos do processo".

Chiquinho da Mangueira: assessor ainda não conseguiu contato com o advogado dele;

Coronel Jairo: assessoria do gabinete só vai se pronunciar no horário da tarde.

Leonardo Jacob: "O Detran está à disposição das autoridades para qualquer esclarecimento."

Luiz Martins: ninguém atende no gabinete do deputado.

Marcelo Simão: gabinete vazio.

Marcus Vinícius Neskau: ainda não respondeu.

Vinicius Farah: "O sr. Vinicius Farah estava em agenda de trabalho em Brasília e está retornando para se apresentar hoje [quinta], de acordo com os trâmites legais e orientação dos advogados".

Atualidades - Retrospectiva Novembro 2018
Prof. Leandro Signori



Governo publica novo edital do programa Mais Médicos



Atualidades - Retrospectiva Novembro 2018
Prof. Leandro Signori





O Ministério da Saúde publicou no Diário Oficial da União (DOU) desta terça-feira, 20, edital para selecionar profissionais que queiram aderir ao programa Mais Médicos. Serão ofertadas 8.517 vagas, das quais 8.332 abertas em decorrência da saída de médicos cubanos do programa, que devem deixar o País até o dia 12.

O governo de Cuba anunciou na semana passada o rompimento unilateral da participação no programa Mais Médicos. O motivo para a decisão foram as declarações do presidente eleito Jair Bolsonaro (PSL) com críticas ao programa.

Os profissionais selecionados irão atuar em 2.824 municípios e 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas, antes ocupados pelos cubanos. As inscrições começam nesta quarta-feira e seguem até o dia 25 deste mês para médicos brasileiros com CRM Brasil ou com diploma revalidado no País. O salário líquido é de R\$ 11.244,56.

O novo edital flexibiliza algumas regras para a seleção de interessados e assim tenta evitar o apagão na assistência básica provocada pela saída de Cuba do programa. O cronograma é mais curto, por exemplo, e os contratados com diploma obtido no exterior serão dispensados de um curso de capacitação, que era exigido desde a criação do programa, em 2013.

Mudanças no Revalida

O governo decidiu mudar o Revalida, a prova feita para certificação de diplomas de Medicina obtidos no exterior. O ministro da Saúde, Gilberto Occhi, afirmou que as primeiras discussões para a mudança do sistema deverão ser realizadas ainda esta semana com o Ministério da Educação. A ideia é que alterações sejam definidas rapidamente.

Uma das propostas em análise é descentralizar o exame, hoje preparado de forma exclusiva pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas de Educação Anísio Teixeira (Inep). Com a mudança, a prova poderia ser aplicada pelas 54 Universidades Federais que apresentam hospitais universitários.

O formato em discussão pelo governo resgata o sistema que havia antes do Revalida. Até 2010, as provas eram realizadas por universidades federais interessadas. Elas ficavam responsáveis por analisar o currículo do médico formado no Exterior, a preparar o exame e fixavam o valor da taxa cobrada para realização da prova. O modelo era considerado pouco uniforme, com provas com graus de dificuldades distintas e, sobretudo, com valores de inscrição muito diferentes. Na época, as taxas variavam de R\$ 100 a R\$ 5 mil.



Atualidades – Retrospectiva Novembro 2018
Prof. Leandro Signori



Com a mudança proposta pelo governo, a periodicidade da prova também seria menor, o que poderia dar mais agilidade ao processo. Uma das maiores queixas de médicos formados no exterior interessados em trabalhar no País é a demora para a realização da prova.

Considerado um exame de grau muito difícil por profissionais formados no exterior, o Revalida voltou a ganhar destaque nas discussões por figurar no programa de governo do presidente eleito, Jair Bolsonaro. Já em campanha, ele afirmava que o exame seria indispensável para profissionais interessados em participar do Mais Médicos.

A lei que define as regras do programa dispensa a exigência da certificação para seus integrantes. Profissionais que fazem parte da iniciativa formados no exterior não precisam fazer a prova, mas ficam obrigados a trabalhar apenas na assistência básica e em locais para onde foram destacados.

A mudança no Revalida também poderia ser útil para permitir que médicos cubanos interessados em continuar no Brasil possam seguir atuando. Eles fariam o teste e, uma vez aprovados, teriam permissão para trabalhar tanto no Mais Médicos quanto em outros serviços de saúde. Para isso poder ser feito, contudo, seria preciso que provas fossem feitas com menor periodicidade. Quanto mais exames realizados, maiores as chances de profissionais aprovados e, portanto, com salvo conduto para atuar no País.

Balanço cubano

De acordo com o governo cubano, em cinco anos de trabalho no programa brasileiro, cerca de 20 mil médicos atenderam a 113.539 milhões de pacientes em mais de 3,6 mil municípios. "Mais de 700 municípios tiveram um médico pela primeira vez na história", disse o governo. Cuba anunciou que manteria o programa depois do impeachment da ex-presidente petista, apesar de considerar o afastamento um "golpe de Estado".

O Ministério da Saúde cubano também diz que "o povo brasileiro compreenderá quem é o responsável por nossos médicos não poderem continuar prestando solidariedade no País."



Atualidades – Retrospectiva Novembro 2018
Prof. Leandro Signori





O que é o programa

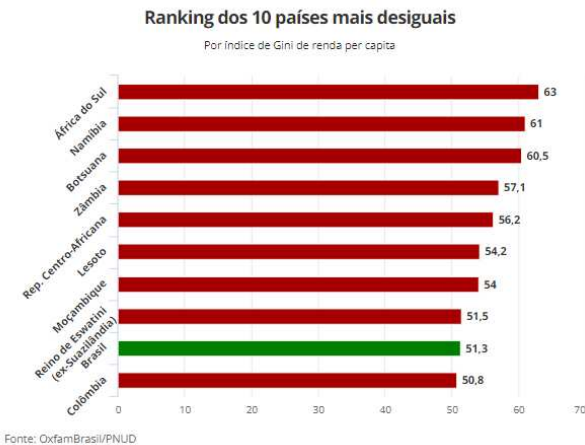
O Mais Médicos é um programa criado pelo governo federal para usuários do Sistema Único de Saúde (SUS). A proposta é levar mais profissionais para regiões com ausência ou escassez de médicos. O programa se propõe a resolver a questão emergencial da saúde básica.

Quando são abertos chamamentos de médicos para o programa, a seleção segue uma ordem de preferência: médicos com registro no Brasil (formados em território nacional ou no exterior, com revalidação do diploma no País); médicos brasileiros formados no exterior; e médicos estrangeiros formados fora do Brasil. Após as primeiras chamadas, caso sobrem vagas, os médicos cubanos são convocados.

Atualidades - Retrospectiva Novembro 2018
Prof. Leandro Signori



Desigualdade de renda de cair no Brasil após 15 anos, e número de pobres cresce, aponta ONG



Atualidades - Retrospectiva Novembro 2018
Prof. Leandro Signori





A desigualdade de renda no Brasil ficou estagnada em 2017, pela primeira vez nos últimos 15 anos, segundo relatório divulgado nesta segunda-feira (26) pela Organização Não Governamental Oxfam. Com isso, o Brasil subiu um degrau no ranking mundial de desigualdade de renda, passando a ser o 9º país mais desigual.

De acordo com a entidade, desde 2002 o índice de Gini da renda familiar per capita vinha caindo a cada ano, o que não foi observado entre 2016 e 2017, quando ficou estagnado.

“O país estagnou em relação à redução das desigualdades, e o pior: podemos estar caminhando para um grande retrocesso”, afirma em nota Katia Maia, diretora-executiva da Oxfam Brasil.

No relatório, intitulado “País Estagnado”, a Oxfam aponta ainda que entre 2016 e 2017 o Brasil se manteve no mesmo patamar do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), seguindo na 79ª posição em um ranking de 179 países. O indicador com maior impacto negativo foi o de renda, que registrou queda sobretudo nas menores faixas.

Confira outros destaques do relatório:

número de pobres cresceu 11% em 1 ano, atingindo 15 milhões de brasileiros 2017 (7,2% da população);

rendimentos do trabalho dos 10% de brasileiros mais ricos cresceram 6% de 2016 para 2017; já entre os 50% mais pobres, a renda caiu 3,5%;

rendimento médio do 1% mais rico é 36,3 vezes maior que o dos 50% mais pobres;

pela 1ª vez em 23 anos, a renda média das mulheres caiu em relação à dos homens, de uma proporção de 72% para 70%;

a diferença salarial entre negros e brancos também aumentou: em 2017, negros ganhavam em média 53% dos rendimentos médios de brancos, ante 57% em 2016;

volume de gastos sociais no Brasil retrocedeu ao patamar de 2001;

pela 1ª vez desde 1990, o Brasil registrou alta na mortalidade infantil, que subiu de 13,3, em 2015, para 14 mortes por mil habitantes em 2016.

Atualidades – Retrospectiva Novembro 2018
Prof. Leandro Signori



Pobreza e distribuição de renda

O relatório aponta que em 2017 o Brasil tinha 15 milhões de pessoas pobres, que sobrevivem com uma renda equivalente a US\$ 1,90 por dia, critério estabelecido pelo Banco Mundial. Esse número representa uma alta de 11% em relação a 2016, quando esse número foi estimado em 13,3 milhões de pessoas. Foi o terceiro ano consecutivo de aumento no número de pobres no país.

Em 2017, os 50% mais pobres da população brasileira tiveram uma retração de 3,5% nos rendimentos do trabalho. A renda média dessa fatia da população foi de R\$ 787,69 mensais – menos de um salário mínimo. Já os 10% mais ricos tiveram um crescimento de quase 6% em seus rendimentos do trabalho. A renda média dessa população foi de R\$ R\$ 9.519,10 por mês.

Negros e mulheres

A ONG aponta que houve retrocesso do Brasil em outros indicadores sociais: pela primeira vez em 23 anos, a renda das mulheres caiu em relação à dos homens. Em 2016, as mulheres ganhavam 72% do que ganhavam os homens – em 2017, essa proporção recuou para 70%. No ano passado, a renda média de mulheres foi de R\$ 1.798,72, enquanto a de homens, de R\$ 2.578,15.

Houve piora também na queda da desigualdade de renda entre negros e brancos. Em 2016, os negros ganhavam em média R\$ 1.458,16, o equivalente a 57% dos rendimentos médios dos brancos. Em 2017, esse percentual ficou ainda menor, passando para 53%.

Atualidades – Retrospectiva Novembro 2018
Prof. Leandro Signori





Gastos sociais

A Oxfam aponta ainda que, em 2016, o volume de gastos sociais no Brasil retrocedeu ao patamar de 2001. No ranking global do Índice de Compromisso com a Redução de Desigualdades (CRII), o país ocupa o 41º lugar em relação a gastos sociais.

Apesar disso, diz a ONG, "os gastos sociais têm sido fundamentais no combate à pobreza e às desigualdades no país. O efeito geral das políticas sociais no Brasil tem sido progressivo, ou seja, tem chegado mais a quem mais precisa".

Considerando os principais gastos sociais – previdência, assistência, saúde e educação – o Brasil gastou, em 2016, 22,8% de seu PIB. Desse total, 12,25% (54% do total) foram para benefícios previdenciários, enquanto 1,55% (cerca de 7% do total) foi para assistência.

Estes dois gastos formam, em sua maioria, as transferências diretas dos governos para a população. Considerando a provisão pública em saúde e educação, os chamados gastos não monetários, suas proporções foram de 3,98% e 5,01% do PIB respectivamente, de acordo com cálculos da própria Oxfam com dados do Tesouro Nacional.

Para retomar os avanços na distribuição de renda, o relatório sugere mudanças na forma como o Estado arrecada e gasta. A Oxfam afirma que o sistema tributário do país vai na contramão do modelo dos países desenvolvidos ao privilegiar impostos indiretos (sobre produção e consumo) em detrimento daqueles que incidem diretamente sobre renda.

Atualidades – Retrospectiva Novembro 2018
Prof. Leandro Signori



Grávidas podem remarcar teste de aptidão física em concurso público, decide STF



O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu nesta quarta-feira (21) que a mulher que estiver grávida no dia do teste de aptidão física de um concurso público poderá remarcar o exame para depois que o bebê nascer.

Por 10 votos a 1, os ministros consideraram que a Constituição garante proteção às gestantes. Também entenderam que permitir o agendamento de nova data reduz as desigualdades entre homens e mulheres no mercado de trabalho.

A decisão foi tomada durante a análise de recurso apresentado pelo estado do Paraná, que pretendia derrubar o entendimento que autorizou uma mulher a mudar a data do teste no concurso da Polícia Militar.

O caso tem repercussão geral, ou seja, a decisão do STF valerá para todos os casos semelhantes em andamento na Justiça. Conforme o Supremo, pelo menos 16 processos estavam parados na Justiça à espera da decisão.

Relator

Relator do caso, o vice-presidente do STF, ministro **Luiz Fux**, votou a favor de garantir o direito às grávidas.

"É constitucional a remarcação de teste de aptidão física de candidata que esteja grávida à época da sua realização, independentemente de regra expressa no edital", diz a tese do julgamento apresentada pelo relator.

Para Fux, não permitir a remarcação de data exclui a possibilidade de a mulher participar do concurso e aumenta as desigualdades.

Atualidades – Retrospectiva Novembro 2018
Prof. Leandro Signori





'Projeto ousado'

O ministro Marco Aurélio Mello foi o único a votar contra conceder o direito às grávidas.

Para ele, a Constituição assegura direitos iguais em concurso e, portanto, não se pode autorizar que as grávidas tenham vantagens.

"É projeto ousado inscrever-se para concurso público para Polícia Militar e ao mesmo tempo engravidar, uma gravidez que imagino, presumindo o que normalmente ocorre, uma gravidez buscada", disse.

Votos dos ministros

O ministro Alexandre de Moraes considerou que o fato de o estado do Paraná ter recorrido contra o direito da gestante de remarcar o teste mostra que há muito a avançar.

"O estado do Paraná levar isso a frente mostra que temos um caminho muito grande para combater a discriminação que, se não é tão latente como anteriormente, ainda existe", disse Moraes. "Homens não engravidam, senão não estaríamos discutindo isso aqui", completou.

A ministra Rosa Weber destacou que a gravidez não é doença, mas exige cuidados especiais.

"A maternidade não é uma doença, mas exige sim cuidados especiais, tem uma peculiaridade (...) A mulher já é tão discriminada e enfrenta tanta dificuldades no mercado de trabalho em comparação com homens, nesta fase especial da gravidez, sem dúvida demanda cuidados que levam que se assegure uma remarcação do teste de aptidão física", disse.

Cármen Lúcia lembrou que, na década de oitenta, mulheres que fossem mães solteiras eram reprovadas em concursos para o cargo de juiz.

"Lembro que até a década de 1980 as mulheres não eram aprovadas em concursos para juiz se fossem mães solteiras e que isso era devidamente posto a mostra nos chamados testes psicotécnicos, em que se perguntavam. O que nunca foi perguntado a um homem, se era pai solteiro", disse Cármen Lúcia. "Quem engravida é mulher, mas quem faz as leis é o homem, por isso estamos discutindo isso", frisou a ministra.

Para o ministro Ricardo Lewandowski, é "preconceito" impedir que a grávida remarque o exame.

"O preconceito se reveste de várias formas. E uma das formas é impedir participação pública, é impedir que ela, grávida, possa postergar exame de aptidão física."

Atualidades - Retrospectiva Novembro 2018
Prof. Leandro Signori



Expectativa de vida do brasileiro ao nascer foi de 76 anos em 2017, diz IBGE



Expectativa de vida ao nascer em 2017

Norte e Nordeste vivem menos que a média nacional



Atualidades - Retrospectiva Novembro 2018
Prof. Leandro Signori





A expectativa de vida ao nascer no Brasil era de 76 anos em 2017, um aumento de três meses e onze dias em relação ao ano anterior, segundo informou nesta quinta-feira (29) o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em 2016, a expectativa de vida ficou em 75,8 anos para o total da população.

Esse número vem crescendo desde 1940: naquele ano, a expectativa de vida ao nascer era de apenas 45,5 anos.

As mulheres vivem mais: enquanto a expectativa de vida ao nascer delas foi, em 2017, de 79,6 anos, a dos homens ficou em 72,5. Até nos bebês essa tendência se repete: a cada mil meninos nascidos no ano passado, 13,8 não chegavam ao primeiro ano de vida. Para as meninas, essa taxa ficou em 11,8 a cada mil.

É um padrão que se repete ao longo da vida: aos 20 anos, as mulheres também têm 4,5 vezes mais chances de chegar aos 25 do que os homens. Para o IBGE, essa diferença pode ser explicada pela maior taxa de homicídios, suicídios, acidentes de trânsito e outras mortes não naturais entre os homens. Segundo o Instituto, essas causas de morte começaram, nos anos 80, a ter um papel significativo nas taxas de morte da população masculina brasileira.

Menos crianças morrendo

A mortalidade na infância — de crianças abaixo dos cinco anos — também caiu. A cada mil nessa faixa etária em 2017, 14,9 morreram. Há dois anos, a cada mil crianças com essa idade, eram 15,5 mortes.

As chances de morrer também eram maiores antes do primeiro ano de vida: 85% das que faleceram no ano passado antes de completar cinco anos não tinham nem sequer um ano de idade. Mesmo assim, as taxas de morte nessa idade também vêm diminuindo ao longo do tempo: em 2017, a cada mil crianças que nasceram, 12,8 não comemoram o primeiro aniversário. Em 2010, esse número alcançava 17,2.

Atualidades - Retrospectiva Novembro 2018
Prof. Leandro Signori



Catarinenses vivem mais

Os dados do IBGE revelam contrastes entre os estados: enquanto em Santa Catarina a expectativa de vida no ano passado chegou aos 79,4 anos — a maior do país — no Maranhão ela ficou em 70,9. Todos os estados do Nordeste e Norte vivem, em média, menos do que a média nacional. Já todos do Sul e Sudeste ficaram acima da expectativa média brasileira.

Previdência

Os cálculos são divulgados pelo IBGE no Diário Oficial porque afetam o fator previdenciário e, por consequência, o cálculo das novas aposentadorias por tempo de contribuição concedidas pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Atualidades - Retrospectiva Novembro 2018
Prof. Leandro Signori



Reunião da comissão do Escola Sem Partido é suspensa após bate-boca



Após desentendimentos entre parlamentares, a reunião da comissão especial sobre o projeto de lei Escola sem Partido foi suspensa na Câmara nesta terça-feira, 4, sem a análise do texto. O presidente da comissão, deputado Marcos Rogério (DEM-RO), suspendeu a sessão após vários deputados se reunirem ao redor da mesa da presidência na tentativa de atrasar a votação.

A reunião teve início por volta das 16 horas, mais uma vez com bate-boca. Os desentendimentos entre parlamentares têm sido comuns nas sessões sobre o assunto, que ainda atraem manifestantes favoráveis e contrários ao projeto.

Os deputados tentaram colocar em votação o texto do parecer do relator, deputado Flavinho (PSC-SP), que foi lido na comissão no dia 22 de novembro. Caso os deputados favoráveis consigam vencer a obstrução da oposição, a perspectiva é que a votação seja concluída na quinta-feira, 6.

A matéria do Escola Sem Partido é conclusiva, ou seja, pode ir direto para o Senado. A oposição, porém, vai tentar barrar "esse salto" por meio de requerimentos previstos no regimento da Casa. A deputada Erika Kokay (PT-DF), uma das principais opositoras, chegou três horas antes do início da sessão desta terça para protocolar um requerimento de inversão de pauta, uma das estratégias para bloquear a votação.

Entenda a polêmica do Escola Sem Partido

O projeto prevê a proibição do que chama de "prática de doutrinação política e ideológica" pelos professores. Além disso, prevê vetar atividades e a veiculação de conteúdos que não estejam de acordo com as convicções morais e religiosas dos pais do estudante.

Atualidades - Retrospectiva Novembro 2018
Prof. Leandro Signori



Governo e empresas firmam acordo para diminuir açúcar em comida industrializada



Atualidades - Retrospectiva Novembro 2018
Prof. Leandro Signori





O Ministério da Saúde e a indústria de alimentos e bebidas querem reduzir o uso de açúcar na produção de alimentos industrializados em 144,6 mil toneladas até 2022. O acordo foi assinado pelo ministro Gilberto Occhi e representantes das empresas. Como a quantidade total de açúcar utilizada pela indústria não foi divulgada, não é possível calcular a redução percentual de açúcar utilizado nos alimentos.

Os produtos que entraram no acordo são de 23 categorias de alimentos divididos em cinco grupos. São elas bebidas adoçadas, biscoitos recheados, bolos prontos e misturas para bolos, achocolatados em pó e produtos lácteos. A diminuição será gradual e a expectativa é que em 2022 a indústria tenha utilizado 144,6 mil toneladas de açúcar a menos.

As associações que selaram o acordo representam 68 empresas, que formam 87% do mercado desses produtos. As empresas deverão reduzir a quantidade de açúcar utilizado na fabricação de 47,8% dos produtos — o que equivale a 1.147 itens. Os alimentos que terão a maior diminuição de açúcar serão os biscoitos e produtos lácteos com a meta de retirar 62,4% e 53,9%, respectivamente. Cada uma das 23 categorias tem uma meta específica de redução.

— Nós estamos começando um processo de redução. Ele é gradativo nos próximos quatro anos. Dentro daquilo que a própria OMS recomenda, nós vamos buscar que o cidadão tenha informação — afirmou o ministro da Saúde, Gilberto Occhi. Segundo o ministro, as indústrias não poderão substituir o açúcar por adoçantes.

A fiscalização será realizada a cada dois anos a partir da assinatura do documento. O Ministério da Saúde fará a fiscalização por meio dos rótulos dos produtos. A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) também participará do processo, fará análises laboratoriais para medir a quantidade de cada ingrediente.

Atualidades - Retrospectiva Novembro 2018
Prof. Leandro Signori



Produtos industrializados são responsáveis por 36% do consumo de açúcar da população brasileira, segundo o Ministério da Saúde. Os outros 64% são adicionados pelas pessoas no preparo de alimentos e bebidas. Com o acordo, o Brasil passa a ser um dos primeiros países do mundo a formalizar essa diminuição, afirmou Occhi.

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária também participou da formulação do acordo. O diretor-presidente da agência, William Dib, acredita que o acordo também é um avanço nas relações entre o governo e o setor alimentício.

— Existem vários caminhos de melhorar os produtos sem precisar fazer regulamentação. Esse é um grande exemplo. Como está sendo o programa de redução do sódio. É fundamental para a saúde da nossa população — afirmou.

Questionado se a indústria alimentícia considera os produtos que serão modificados podem ser considerados saudáveis hoje em dia, o presidente da Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação (Abia), Wilson Mello, afirmou que a indústria trabalha em uma lógica em que os alimentos industrializados fazem parte de uma dieta mais completa.

— Não existe o conceito de alimento saudável na indústria. Na indústria, ele é pouco utilizado. O que nos interessa é uma dieta equilibrada. Há espaço para todo tipo de alimento. A indústria sempre faz investimento em inovação e tecnologia para descobrir novas fórmulas. O que nós preferimos é fazer uma redução efetiva ao longo do tempo — afirmou.

Além da Abia, o acordo foi assinado pela Associação Brasileira da Indústria de Biscoitos, Massas Alimentícias e Pães & Bolos Industrializados (Abimapi), Associação Brasileira das Indústrias de Refrigerantes e Bebidas Não Alcoólicas (ABIR) e a Associação da Indústria de Lácteos (VIVA LÁCTEOS).

Atualidades - Retrospectiva Novembro 2018
Prof. Leandro Signori





Consumo de açúcar

Os brasileiros consomem 50% a mais de açúcar do que o recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Por dia, cada brasileiro consome em média 18 colheres de chá do produto — o que corresponde a 80 gramas. O recomendado seria até 12 colheres.

O brasileiro já sente o impacto na saúde. Na última década, o diabetes cresceu 54% nos homens e 28,5% nas mulheres. A obesidade, outra doença diretamente ligada ao consumo de açúcar, cresceu mais de 60%.

Entre 2008 e 2010, um acordo entre o Ministério da Saúde e a Abia conseguiu retirar cerca de 310 mil toneladas de gordura trans dos alimentos industrializados. Já o Plano de Redução de Sódio, em curso, registrou a retirada de 17.254 toneladas até o ano passado. A meta é chegar a 28,5 mil toneladas em 2020.

Atualidades – Retrospectiva Novembro 2018
Prof. Leandro Signori



Comissão aprova cultivo para uso medicinal da planta que dá origem à maconha



Atualidades – Retrospectiva Novembro 2018
Prof. Leandro Signori





A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado aprovou nesta quarta-feira o projeto que libera o cultivo e uso de Cannabis sativa, a planta que dá origem à maconha, para fins medicinais. O texto teve apoio da maioria dos senadores presentes à sessão, mas recebeu voto contrário em separado do senador Eduardo Amorim (PSDB-SE). A proposta agora segue para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e depois para o plenário do Senado antes de ir para a Câmara dos Deputados. Não há data para as próximas votações.

O texto aprovado foi o da relatora, senadora Marta Suplicy (sem partido-SP), que autoriza "a União a liberar a importação de plantas e sementes, o plantio, a cultura e a colheita da Cannabis exclusivamente para fins medicinais ou científicos, em local e prazo predeterminados, mediante fiscalização". O cultivo deve ser feito em quantidade suficiente para o tratamento, seguindo prescrição médica.

Durante a sessão, mães levaram filhos com síndromes que podem ser tratadas com medicamentos à base de Cannabis para pedir a liberação. No voto em separado, Amorim, que é médico, questionou a capacidade de o Estado controlar e fiscalizar o cultivo da maconha e as formas para determinar a quantidade necessária para o paciente. "Quem vai fiscalizar é o Estado, como fiscaliza qualquer plantação ilícita. Para a plantação de Cannabis medicinal, se a pessoa não tiver prescrição médica, ela está praticando um ilícito e será punida", rebateu Marta Suplicy, que deixa o mandato no próximo ano, depois de não ter disputado as eleições.

Atualidades - Retrospectiva Novembro 2018
Prof. Leandro Signori



A senadora ponderou que atualmente os medicamentos importados à base da planta já vêm prontos, sem a possibilidade de modificar a dosagem e, para algumas doenças, esse é um fator importante para liberar o cultivo. No relatório, Marta defende que o tema não pode ser relegado a uma discussão ideológica ou política e cita pesquisas que tratam do benefício da Cannabis no tratamento de doenças. Há estudos que indicam melhora para pacientes com Alzheimer, Parkinson, glaucoma, fibromialgia e Doença de Crohn, por exemplo.

Histórico

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) aprovou em 2017 o primeiro medicamento à base de Cannabis sativa registrado no País, indicado para o tratamento da espasticidade moderada a grave relacionada à esclerose múltipla. A regulamentação do plantio da maconha para fins de pesquisa e uso medicinal também está em discussão na Anvisa, mas sem definição.

Atualidades - Retrospectiva Novembro 2018
Prof. Leandro Signori



Conselho Nacional de Educação aprova 20% de ensino médio online



O Conselho Nacional de Educação (CNE) aprovou nesta quinta-feira, 8, a liberação de 20% da carga horária do ensino médio diurno para a educação a distância. Segundo o texto, a modalidade deve ser utilizada “preferencialmente” na parte flexível prevista pela reforma, aprovada em 2017, para essa etapa de ensino. A mudança divide especialistas da área.

O ensino a distância na educação básica é uma das ideias defendidas pelo presidente eleito, Jair Bolsonaro (PSL), para atender locais mais remotos, por exemplo. Na avaliação de alguns conselheiros, a aprovação dos 20% limita uma eventual proposta mais ousada de utilização da modalidade nas escolas.

O texto aprovado atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para o ensino médio e regulamenta a reforma da etapa, que já havia aberto uma brecha para o ensino online. A reestruturação do médio, aprovada em 2017, prevê que 40% da carga horária seja flexível, com aprofundamento de estudos em áreas específicas optativas. Os outros 60% são para os conteúdos comuns, como Matemática e Linguagens.

Entre os que defendem a educação a distância, o argumento é o de que ela ajuda a aumentar a oferta de disciplinas não obrigatórias do novo ensino médio. Isso porque metade das cidades do País tem só uma escola de ensino médio e, por isso, faltam professores para as várias áreas que deveriam ser oferecidas. No entanto, ao não delimitar a modalidade apenas para a parte flexível, há o receio de que a alternativa seja usada para resolver o déficit de professores.

Para o membro do CNE Eduardo Deschamps, a atualização das diretrizes não abre brecha para esse tipo de uso, uma vez que o texto restringe as atividades online apenas com a presença de um professor, que deverá ser correlato à área. O texto aprovado, porém, não faz essa delimitação quanto a área de atuação do docente.

“Não está no documento porque já há outros dispositivos na legislação que garantem essa ligação”, argumenta Deschamps. O Estado mostrou há dois dias que o CNE se articulava para concluir a votação já esta semana.

Atualidades – Retrospectiva Novembro 2018
Prof. Leandro Signori



Repercussão da liberação para educação a distância



Salomão Ximenes, especialista em educação da Universidade Federal do ABC (UFABC), diz que a medida pode ser usada para a solucionar a falta de professores de áreas em que há um maior carência no País, como Física e Matemática. “Não resolve o problema da ausência de docentes e amplia o abismo entre escolas. A igualdade de condições de acesso e permanência na escola tende ainda mais a ser violada.”

Para Neide Noffs, da Faculdade de Educação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), o ensino presencial é indispensável e mais importante para a formar o jovem. Mas avalia que a modalidade a distância pode contribuir no aprendizado, se usada como complemento ou aprofundamento.

“Pode ser algo interessante para o aluno, como uma oficina de escrita ou atividade complementar de atualidades”, afirmou.

Atualidades – Retrospectiva Novembro 2018
Prof. Leandro Signori





Prós e contras do ensino a distância

Facilidade

Os defensores do ensino a distância dizem que a modalidade facilita a oferta de diferentes percursos formativos, previstos pela reforma do ensino médio. Metade dos municípios do País tem apenas uma escola dessa etapa.

Restrição

Outro argumento favorável à mudança é de que a regulamentação impede propostas que queiram liberar ainda mais tempo de ensino online no ensino médio.

Tecnologia

Os defensores também afirmam que as aulas online podem despertar mais a atenção dessa nova geração de alunos.

Aprendizagem

Já aqueles que são contrários à medida dizem que há riscos de perda de aprendizagem com o ensino a distância nessa faixa etária. Segundo eles, a convivência escolar é importante para o desenvolvimento de habilidades e competências.

Precarização

Há também o receio de que a medida seja usada em situações de falta de professor, especialmente, em disciplinas onde há um grande déficit, como Física.

Desigualdades

Especialistas temem que o uso da tecnologia para complementar a carga horária seja mais disseminada em escolas com pouca estrutura e falta de professores, ampliando o abismo da qualidade educacional no País.

Atualidades – Retrospectiva Novembro 2018
Prof. Leandro Signori



Viaduto da Marginal Pinheiros sobre linha da CPTM cede próximo à Ponte do Jaguaré



Atualidades – Retrospectiva Novembro 2018
Prof. Leandro Signori





Um viaduto da pista expressa da Marginal Pinheiros, a 500 metros da Ponte do Jaguaré, Zona Oeste de São Paulo, cedeu cerca de dois metros na madrugada desta quinta-feira (15). No momento da ruptura do elevado, por volta de 3h30, poucos motoristas trafegavam pela via. Um deles teve escoriações leves e cinco carros ficaram danificados. O viaduto passa por cima da linha 9-Esmeralda, que não teve o funcionamento afetado.

O local é rota de acesso à rodovia Castello Branco, e provoca congestionamento na região na manhã desta quinta, primeiro dia de feriado prolongado. Pedacos do concreto do viaduto caíram sobre um alojamento da CPTM, que não estava sendo utilizado na madrugada desta quinta.

O secretário municipal de transportes, João Otaviano, afirmou que uma das placas de apoio das juntas de dilatação, obrigatórias em estruturas elevadas, como pontes, viadutos e alças, cedeu. Otaviano disse que aguarda as equipes técnicas para fazer uma análise mais precisa do rebaixamento.

"Foi uma estrutura que se deslocou. Vamos fazer uma área de proteção, tomar medidas no entorno. Vai haver uma intervenção importante na região", afirmou. Ele disse que não é possível precisar quanto tempo durará a interdição na pista. Um escoramento da estrutura será feito ainda nesta quinta.

Segundo o secretário, não havia indícios de problemas no viaduto. "A estrutura estava funcionando normalmente. Seguramente, aconteceu alguma coisa fora do padrão, algum deslocamento. As equipes precisam entender e fazer a proteção da estrutura", completou. Otaviano garantiu que a Prefeitura de São Paulo faz avaliações em todas as obras viárias, mas ocorreu uma "situação particular".

Atualidades - Retrospectiva Novembro 2018
Prof. Leandro Signori



A Polícia Científica informou que uma equipe de engenharia do Instituto de criminalística foi até o viaduto e serão elaborados laudos periciais para explicar as causas do desmoronamento e a constatação dos danos. Após a conclusão, os laudos serão encaminhados ao 14º Distrito Policial, que vai investigar o caso.

O trânsito está sendo desviado para a pista local da Marginal Pinheiros. O primeiro ponto de desvio é na Ponte Cidade Jardim. Às 7h, as filas na pista expressa sentido Castello chegavam a 4 km, até a Ponte Eusébio Matoso. Na pista local, são 3 km de lentidão.

Com o tráfego todo desviado para a pista local, os motoristas não encontram um acesso direto para a Castello, que normalmente é feito pela pista expressa. Segundo a CET, é preciso continuar até a Marginal Tietê e fazer o retorno pela Ponte dos Remédios, acessando a pista sentido Castello.

Uma das opções para evitar o trânsito é entrar na Avenida Professor Frederico Hermann Jr., seguir na Avenida Professor Fonseca Rodrigues, passar por trás do Parque Villa Lobos e sair na Avenida Queiroz Filho.

Na região também funciona a Linha-9 (Esmeralda), entre Grajaú e Osasco, na região metropolitana de São Paulo. Segundo a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), a linha não foi afetada.

O Corpo de Bombeiros e a Defesa Civil foram acionados para inspecionar o viaduto. A Companhia de Engenharia de Tráfego (CET) monitora o trânsito no local.

Atualidades - Retrospectiva Novembro 2018
Prof. Leandro Signori



Brasil desiste de sediar Conferência do Clima em 2019



O Brasil não sediará mais a Conferência do Clima da Organização das Nações Unidas (ONU) em 2019. Segundo nota do Itamaraty enviada ao **G1**, restrições orçamentárias e transição de governo causaram a desistência de sediar a COP 25, como é chamado o encontro que aconteceria em novembro de 2019.

Leia comunicado na íntegra:

"O governo brasileiro conduziu análise minuciosa dos requisitos para sediar a COP25. A análise enfocou, em particular, as necessidades financeiras associadas à realização do evento.

Tendo em vista as atuais restrições fiscais e orçamentárias, que deverão permanecer no futuro próximo, e o processo de transição para a recém-eleita administração, a ser iniciada em 1º de janeiro de 2019, o governo brasileiro viu-se obrigado a retirar sua oferta de sediar a COP 25".

Conferência para mudanças climáticas

A Conferência do Clima da ONU discute mudanças climáticas no mundo e como as nações podem trabalhar para melhorar as condições do clima, em especial no trabalho para a redução dos gases de efeito estufa.

Na próxima semana, acontecerá a COP 24. Segundo relatório da ONU divulgado nesta terça-feira (27), para alcançar os objetivos do Acordo de Paris até 2030, os **países do G20 devem triplicar seus esforços** no controle das emissões de gases do efeito estufa.

Ainda de acordo com o documento, apesar de os países não estarem no caminho para cumprir as promessas climáticas, ainda é possível alcançar a meta para limitar o aumento de temperatura a 2° C ou 1,5 ° C. Para isso, precisam implementar políticas adicionais para reduzir ainda mais suas emissões de gases de efeito estufa.

Atualidades - Retrospectiva Novembro 2018
Prof. Leandro Signori

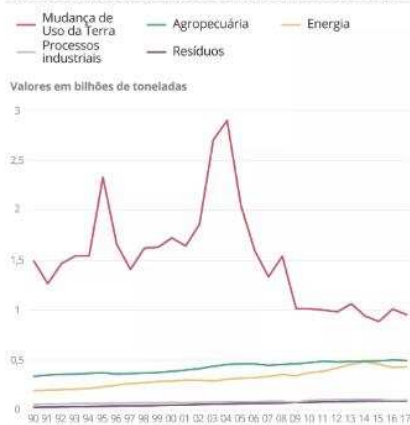


Emissões dos gases do efeito estufa caem 2,3% em 2017, diz novo relatório

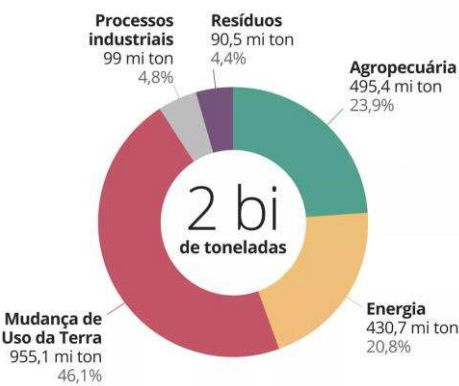


Veja as taxas de emissão do Brasil desde 90

Recorde foi registrado no ano de 2004; em 2017, há queda de 2,3%



Emissões em 2017



Fonte: Observatório do Clima

Infográfico elaborado em: 21/11/2018

Atualidades - Retrospectiva Novembro 2018
Prof. Leandro Signori





As emissões brasileiras dos gases do efeito estufa caíram 2,3% em 2017. O país gerou 2,071 toneladas brutas no ano passado, contra 2,119 bilhões de toneladas em 2016. Os dados são inéditos e divulgados nesta quarta-feira (21) em novo relatório do Observatório do Clima.

De acordo com o texto, a queda foi puxada pela redução na taxa de desmatamento na Amazônia – a destruição da floresta caiu 12% no mesmo período. As emissões devido às perdas na região caíram de 601 milhões de toneladas em 2016 para 529 milhões.

Ao mesmo tempo, há um aumento de 11% no desmatamento no Cerrado no ano passado, o que não permitiu uma queda mais acentuada. As emissões dos gases do efeito estufa passaram de 144 milhões de toneladas para 159 milhões.

De acordo com Carlos Rittl, do Observatório do Clima, o Pará e o Mato Grosso são os estados com maior índice porque desmatam mais – tanto no Cerrado, quanto na Amazônia.

"A principal fonte de emissões historicamente aqui no Brasil é o desmatamento, principalmente na Amazônia, mas o Cerrado cresce e supera em proporção a floresta amazônica", diz Rittl.

Destaques do estudo

As mudanças de uso da terra, ações do homem em áreas de natureza, principalmente o desmatamento, são a principal causa de emissões de gases: representam 46% do total. Em segundo lugar, está o setor da agropecuária, com 24% de participação em 2017.

O Brasil é o 7º país no ranking global de emissões de gases do efeito estufa. Em primeiro lugar, está a China, seguida por Estados Unidos e União Europeia (28 países).

Atualidades – Retrospectiva Novembro 2018
Prof. Leandro Signori



Desmatamento na Amazônia cresce 13,7% entre 2017 e 2018, dizem ministérios



Atualidades – Retrospectiva Novembro 2018
Prof. Leandro Signori





O desmatamento na Amazônia cresceu 13,7% entre agosto de 2017 e julho de 2018, de acordo com nota conjunta divulgada nesta sexta-feira (23) pelos ministérios do Meio Ambiente e Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. A área desmatada é de 7.900 km², contra 6.947 km² perdidos no mesmo período dos anos anteriores.

A taxa preliminar foi obtida pelo Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (PRODES), do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Ela é criada por meio de imagens de satélite que registram e quantificam as áreas desmatadas maiores que 6,25 hectares. O levantamento usa apenas dados de quando há remoção completa da cobertura florestal por corte raso.

O desmatamento registrado é o maior desde 2008, quando a área desmatada de floresta foi de 12.911 km².

Em nota, o ministro do Meio Ambiente, Edson Duarte, disse que "o recrudescimento do crime organizado que atua no desmatamento ilegal da Amazônia, destruindo as riquezas naturais do país e causando danos para toda sociedade, está associado a outras práticas criminosas, como tráfico de armas e animais, trabalho escravo, evasão de divisas e lavagem de dinheiro".

Os estados do Pará, Mato Grosso, Rondônia e Amazonas são os que têm a maior área de perda da floresta. O Acre é o estado onde mais cresceu o desmatamento: 82,9% em relação ao mesmo período analisado anteriormente.

O Observatório do Clima avalia que essa alta na taxa de desmatamento não é surpreendente, e "acontece apesar dos esforços do Ministério do Meio Ambiente de intensificar o combate aos crimes ambientais na Amazônia. É provavelmente fruto de uma série de circunstâncias climáticas e cambiais – o dólar alto eleva os preços dos produtos agrícolas e estimula a devastação".

A organização também disse que "ao longo do último ano, o Palácio do Planalto e governos estaduais fizeram uma série de acenos à bancada ruralista, como a anistia à grilagem de terras, assinada pelo Presidente da República em julho de 2017 (pouco antes de começar a contagem dos dados de 2018)".

Atualidades – Retrospectiva Novembro 2018
Prof. Leandro Signori



Emissões em 2017

No ano passado, a taxa de **emissões dos gases do efeito estufa caiu 2,3%**. De acordo com Carlos Rittl, do Observatório do Clima, isso se deve à **queda de 16% na taxa de desmatamento registrada entre agosto de 2016 e julho de 2017**. A mudança no uso da terra, indicador ligado à perda das florestas, é a principal causa para uma alta das emissões brasileiras.

"A principal fonte das emissões, historicamente aqui no Brasil, ainda é o desmatamento, principalmente na Amazônia. Mas não é pequena a contribuição do desmatamento no Cerrado, onde a gente destrói mais floresta do que na Amazônia", disse Rittl.

Como neste período entre 2017 e 2018 o desmatamento voltou a crescer, Rittl acredita que a taxa de emissões também deverá subir neste ano. Os estados do Pará e Mato Grosso, além de serem os que mais desmatam, são os que mais emitem gases do efeito estufa. O dado comprova a relação entre os dois indicadores ambientais.

"Embora tenhamos que avaliar cada setor, e dados consolidados para cada um, definitivamente terão aumentado [as emissões em 2018]. E isso ainda não inclui o grosso do período eleitoral, de agosto pra cá. Estamos em curva de ascensão perigosa de desmatamento e emissões", completou Rittl.

Atualidades – Retrospectiva Novembro 2018
Prof. Leandro Signori



Congresso não ratifica e Brasil não poderá opinar sobre Protocolo de Nagoya



O Brasil não poderá opinar nas decisões sobre o Protocolo de Nagoya, evento paralelo à 14ª Convenção da Diversidade Biológica (COP 14), que acontece no Egito entre os dias 17 e 29 de novembro. O motivo é que o Congresso Nacional não ratificou a adesão do país ao protocolo, em vigor há quatro anos. A informação é do jornalista Murilo Ramos, da revista Época.

O Protocolo de Nagoya entrou em vigor em outubro de 2014, quando o texto foi ratificado por 51 países. Atualmente o Protocolo tem 82 ratificações. O Brasil assinou o Protocolo em 2 de fevereiro de 2011, mas até agora o Congresso não ratificou o documento.

O objetivo do Protocolo de Nagoya é a repartição justa e equitativa de benefícios advindos da utilização de recursos genéticos, contribuindo para a conservação e uso sustentável da biodiversidade. As comunidades detentoras de conhecimento tradicionais também são beneficiadas, pois deverão ser remuneradas por empresas que usufruam desses conhecimentos.

A não ratificação do protocolo pelo Brasil prejudica enormemente as comunidades indígenas e quilombolas e só não foi alcançada em função das resistências da bancada ruralista no Congresso Nacional.

Em nota enviada à Fórum, o Ministério do Meio Ambiente afirma que o "Brasil é parte da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), e participará ativamente da COP 14, que será realizada no Egito entre os dias 17 e 29 de novembro. Apenas na reunião do Protocolo de Nagoya, que ocorre em paralelo, o Brasil participará como observador. Apesar de ter assinado o Protocolo em 2011, o Congresso Nacional ainda não ratificou o documento, o que limita a participação brasileira apenas nas discussões relativas ao Protocolo, onde participa apenas como ouvinte".

Atualidades - Retrospectiva Novembro 2018
Prof. Leandro Signori



Estratégia
CONCURSOS





Gratidão.

Prof. Leandro Signori.

Atualidades - Retrospectiva Novembro 2018
Prof. Leandro Signori

